UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FRANCISCO GALDINO DE ANDRADE NETO

**OS DIREITOS DAS MINORIAS SOB A PERSPECTIVA DOS NORDESTINOS:
PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ESTIGMA REGIONAL**

MOSSORÓ

2013

FRANCISCO GALDINO DE ANDRADE NETO

**OS DIREITOS DAS MINORIAS SOB A PERSPECTIVA DOS NORDESTINOS:
PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ESTIGMA REGIONAL**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Especialista Giovanni
Weine Paulino Chaves

MOSSORÓ

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Andrade Neto, Francisco Galdino de.

Os direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos: preconceito, discriminação e estigma regional. / Francisco Galdino de Andrade Neto. – Mossoró, RN, 2013.

83 f.

Orientador(a): Prof. Especialista Giovanni Weine Paulino Chaves

Monografia (Graduação em Direito). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Departamento de Direito.

1. Preconceito - Nordestinos - Monografia. 2. Discriminação – Estigma regional - Monografia. 3. Direito das minorias - Monografia. I. Chaves, Giovanni Weine Paulino. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

UERN/BC

CDD 305

FRANCISCO GALDINO DE ANDRADE NETO

OS DIREITOS DAS MINORIAS SOB A PERSPECTIVA DOS NORDESTINOS:
PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ESTIGMA REGIONAL

Monografia apresentada à Universidade
do Estado do Rio Grande do Norte como
um dos pré-requisitos para a obtenção
do grau de Bacharel em Direito.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Giovanni Weine Paulino Chaves

Professor da UERN

Orientador

Francisco Marcos de Araújo

Professor da UERN

Examinador

Francisco Valadares Filho

Professor da UERN

Examinador

A Deus, o grande arquiteto do universo e razão maior da minha
existência.

Aos meus estimados pais, Neto Amaral (*in memoriam*) e Maria de Fátima.

A minha esposa Célia Monteiro, pela paciência ao longo desses
quase seis anos de faculdade.

As minhas duas princesas Isadora e Isabela, papai ama muito vocês.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico-científico é sempre fruto da participação de diversas pessoas, que colaboram para o seu resultado final. Expresso neste espaço, meus agradecimentos a elas.

Ao meu Senhor Jesus Cristo, pelas inúmeras bênçãos e livramentos e por ter me proporcionado mais uma grande conquista.

Aos meus tios, João Maria Amaral, José Amaral, Chico Amaral, Toinha Amaral, Rita Amaral, Goreti Amaral e Matilde Amaral, pelo incentivo durante toda a jornada acadêmica.

A todos os meus familiares que sempre me apoiam e torcem por mim.

Ao meu amigo de longa data Dr. Flávio Limeira pelo apreço que sempre teve para comigo e minha família. Muito obrigado meu amigo! Você também faz parte dessa conquista.

Ao meu eterno amigo Felipe Silvestre (*in memoriam*), sua amizade durante os primeiros passos na faculdade não foi esquecida.

Aos meus amigos da Justiça Federal Subseção Mossoró/RN que sempre me apoiaram durante os dois anos de estágio naquele órgão federal.

Ao meu professor e orientador Giovanni Weine Paulino Chaves, por toda a dedicação e atenção que tornaram possíveis a realização desta monografia.

Aos professores da Faculdade de Direito da UERN, por terem contribuído para a minha formação profissional e pessoal.

Aos meus colegas de sala, em especial Adriano, Cleodon, Elijânio, Rodrigues e Leôncio, que sempre participaram comigo dos trabalhos acadêmicos durante todo o curso e que hoje tenho a alegria de tê-los como amigos.

A todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a concretização desse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos.

O Brasil é um país plural.
Gilberto Freyre

O meu pai era paulista,
meu avô, pernambucano, o meu bisavô,
mineiro, meu tataravô, baiano.
Chico Buarque

RESUMO

Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos têm em mira a proteção dos chamados direitos das minorias, estabelecendo preceitos universais concernentes à proteção das pessoas vulneráveis. A Constituição brasileira de 1988, por seu turno, ratificando esses diplomas humanitários, instituiu um Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade justa, fraterna, pluralista e sem preconceitos. Arrimado nesse viés constitucional, o trabalho monográfico em tela procura analisar os direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos, trazendo a lume matérias relacionadas ao preconceito, à discriminação e ao estigma regional contra os povos oriundos da região Nordeste. Buscando entender melhor esse fenômeno social, cumpre-nos perquirir como uma nação multicultural e miscigenada como o Brasil onde não tem divisão de etnias, abriga espaço para segregação de ordem regional? Seria o preconceito contra nordestinos movido apenas por questões geográficas? Qual a origem dessa estigmatização? Em termos conclusivos, constata-se que a discriminação contra o nordestino em nosso país dar-se-á de forma mais intensa por conta de sua procedência nacional, em que pesem estarem ligadas também aos aspectos: econômico, social e cultural. Levando em consideração que os discursos xenófobos fazem-se presentes em todas as camadas sociais, podemos concluir que a nação brasileira apesar da diversidade de suas tradições e da variedade dos tipos físicos de sua população, resta impregnada de práticas discriminatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos das Minorias. Nordestinos. Preconceito. Discriminação. Estigma regional.

ABSTRACT

The International Human Rights Treaties have in view the protection of so-called minority rights, establishing universal precepts concerning the protection of vulnerable people. The Brazilian Constitution of 1988, in turn, confirming these documents humanitarian instituted a democratic state, to ensure equality and justice as supreme values of a just, fraternal, pluralist and unprejudiced. Grounded this constitutional bias, the monograph analyzes featured minority rights from the perspective of the Northeasterners, bringing to light issues related to prejudice, discrimination and stigma against regional people from the Northeast. Seeking better understand this social phenomenon, we must investigate as a multicultural and multiracial nation like Brazil where there is no ethnic division, segregation of housing space for regional order? It would be prejudice against Northeasterners moved only by geographical issues? What is the origin of this stigmatization? In terms conclusive, it appears that discrimination against Northeastern in giving our country will be more intense because of their national origin, despite also being linked aspects: economic, social and cultural. Taking into consideration that the xenophobic speeches are made present in all social strata, we can conclude that the Brazilian nation despite the diversity of their traditions and variety of physical types of its population, remains steeped in discriminatory practices.

KEYWORDS: Minority Rights. Northeasterners. Prejudice. Discrimination. Regional stigma.

LISTA DE SIGLAS

ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CF- Constituição Federal

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

FGV- Fundação Getúlio Vargas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITA- Instituto Tecnológico de Aeronáutica

ONU- Organização das Nações Unidas

ONG- Organização Não-Governamental

PIB- Produto Interno Bruto

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

STF- Supremo Tribunal Federal

TRF-Tribunal Regional Federal

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE MAPAS

MAPA 1- Fluxo de migrações entre 1960 e 1980	47
MAPA 2- Fluxo de migrações entre 1980 e 1990	47
MAPA 3- Fluxo de migrações de 1990 em diante	47

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
2. CAPÍTULO II: NOÇÕES CONCEITUAIS.....	16
2.1. O que são minorias e quais são seus direitos?.....	16
3. CAPÍTULO III: OS DIREITOS DAS MINORIAS NA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	19
3.1. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Direitos das Minorias.....	19
3.2. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966	21
3.3. A Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas de 1992.....	22
3.4. A Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993.....	23
4. CAPÍTULO IV: OS DIREITOS DAS MINORIAS NO DIREITO BRASILEIRO.....	26
4.1. A Constituição Federal de 1988 como instrumento protetivo dos direitos das minorias	26
4.2. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.....	28
4.3. Ações afirmativas: o dever do Estado de efetivar políticas públicas com o fim de assegurar às minorias o pleno exercício dos direitos humanos.....	30
4.4. A função contramajoritária exercida pelo Poder Judiciário na proteção das minorias.....	32
5. CAPÍTULO V: OS DIREITOS DAS MINORIAS SOB A PERSPECTIVA DOS NORDESTINOS: preconceito, discriminação e estigma regional.....	35
5.1. Os direitos das minorias e os nordestinos.....	35
5.2. A pecha do preconceito, da discriminação e do estigma regional contra nordestinos: uma dura realidade presente em nosso país.....	37
5.3. A migração de nordestinos para outros estados da federação como reflexo da estigmatização.....	44
5.4. Internet: preconceito contra nordestinos na rede mundial de computadores.....	47
5.5. Estudo de precedente: uma análise do julgado da estudante paulista Mayara Petruso.....	49
5.6. Dados estatísticos contrariam o preconceito contra a região Nordeste e os nordestinos.....	54

5.7. O desenvolvimento econômico do Nordeste e o fenômeno da migração inversa: uma nova perspectiva para os nordestinos.....	57
5.8. Nordestinos: uma minoria esquecida pelos humanistas.....	59
5.9. O arcabouço normativo internacional de direitos humanos na proteção das minorias nordestinas.....	61
5.10. A busca dos nordestinos pelo respeito aos princípios e regras basilares preconizadas e asseguradas constitucionalmente.....	63
5.10.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	64
5.10.2. Princípio da igualdade	66
5.10.3. Princípio da prevalência dos direitos humanos.....	68
5.10.4. Princípios do repúdio ao racismo e ao preconceito	69
5.10.5. Princípio da não-discriminação.....	71
5.10.6. Regras constitucionais aplicáveis.....	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
7. REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS.....	83

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho científico tem como objeto de estudo os direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos¹, trazendo a lume matérias relacionadas ao preconceito, à discriminação e estigma regional contra os povos oriundos da região Nordeste. Com a finalidade de entender melhor esse fenômeno social, cumpre-nos perquirir como uma nação multicultural² e miscigenada como o Brasil onde não tem divisão de etnias, abriga espaço para segregação de ordem regional? Seria o preconceito contra nordestinos movido apenas por questões geográficas? Qual a origem dessa estigmatização?

Buscando responder as essas e outras indagações, a proposta deste trabalho pautar-se-á em analisar sob um contexto histórico social, como as imagens em torno do Nordeste e do nordestino foram estereotipadas ao longo dos anos pelas pessoas. No mesmo instante, buscaremos enquadrar essa realidade fática ao Direito, abordando à luz dos tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, bem como de nosso ordenamento jurídico pátrio, sobretudo a Constituição/88, as garantias destinadas à proteção dos direitos das minorias, fundadas na busca de uma sociedade justa, fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Cumprе esclarecer, que a justificativa que levou à escolha do tema e desenvolvimento do presente texto afluou da verificação de que os nordestinos ao longo de décadas vêm sofrendo com práticas discriminatórias, tanto quanto outros grupos minoritários, tais como negros, indígenas, homossexuais, etc., sem que tenha havido por parte dos representantes dos Direitos Humanos uma efetiva manifestação, bem como resta ausente uma eficaz reprimenda estatal apta a coibir essa prática nefasta de nossa sociedade.

Ademais, por se tratar de matéria pouco abordada pela doutrina jurídica, às questões relacionadas à exclusão, preconceito e discriminação contra o povo nordestino reveste-se de significativa importância para o mundo científico, uma vez que propõe discutir o tema com a devida profundidade que merece.

A monografia subdivide-se em cinco capítulos: o primeiro trata das consi-

¹ Pessoas originárias da região Nordeste do Brasil.

² O Multiculturalismo também chamado de pluralismo cultural ou cosmopolitismo, tenta conciliar o reconhecimento e respeito à diversidade cultural presente em todas as sociedades.

derações iniciais, o qual nos traz uma ideia geral sobre o tema que será desenvolvido; o segundo aborda as noções conceituais do que se entende por minorias e quais são os seus direitos; o terceiro discorre sobre a proteção dos direitos das minorias na legislação internacional, fazendo-se uma abordagem sobre diversos instrumentos normativos internacionais instituídos para proteção das minorias, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, a Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas de 1992 e a Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993.

O quarto capítulo trata da proteção das minorias no direito brasileiro, examinando as garantias prescritas na Constituição Federal de 1988, destinadas a assegurar a efetivação dos direitos dos grupos vulneráveis. Tecem-se breves comentários acerca do papel da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Trata sobre o dever do Estado de efetivar políticas públicas através das ações afirmativas, bem como faz-se uma breve análise acerca da função contramajoritária exercida pelo Poder Judiciário concernente à proteção das minorias.

A guisa de conclusão, o quinto capítulo trata dos direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos, trazendo temas relacionados à proteção dessa minoria à luz dos direitos fundamentais expressos em nossa Carta Magna, alicerçados nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da prevalência dos direitos humanos, do repúdio ao racismo e ao preconceito e da não-discriminação.

Realiza uma abordagem acerca da origem do preconceito, discriminação e estigma regional contra nordestinos em nosso país, trazendo à baila assuntos relacionados à migração de nordestinos para outros estados da federação, sobretudo os estados do Sul e Sudeste do país e os seus reflexos sociais.

Aborda também o preconceito contra nordestinos através da *Internet* e as consequências advindas desse tipo de conduta, ao mesmo tempo em que analisaremos o recente julgado (inteiro teor em anexo) da estudante paulista Mayara Petruso que foi condenada criminalmente por ter proferido através de uma rede social, mensagens de cunho racista contra nordestinos.

Discorreremos sobre o crescimento econômico do Nordeste e o fenômeno da migração inversa, mostrando que a migração de nordestinos para outros estados

da federação perdeu intensidade na última década, começando a receber de volta os migrantes que deixaram seus estados rumo ao centro-sul do país.

Em ato contínuo explanaremos sobre a leniência dos humanistas em relação aos nordestinos, mostrando que essa minoria resta esquecida pelos representantes dos Direitos Humanos, apesar dos diversos instrumentos normativos internacionais de direitos humanos aplicarem-se na sua proteção. Em arremate, discorre-se acerca da busca dos nordestinos pelo respeito aos princípios e regras basilares preconizadas e asseguradas constitucionalmente.

No que tange à metodologia de pesquisa e os procedimentos técnicos utilizados na presente monografia, podemos classificá-los como bibliográficos e documentais. Neste ponto, a pesquisa bibliográfica, constituir-se-á na coleta de dados extraídos de artigos científicos, doutrina, trabalhos monográficos, jurisprudências, entre outros pertinentes a temática, os quais servirão de norte ao trabalho monográfico em apreço.

Além de escritores da seara do Direito, trabalharemos com dois autores que, apesar de não trazerem em seu currículo a publicação de obras de cunho jurídico, serão fundamentais para a consecução do presente trabalho monográfico, posto que ambos são entusiastas e referenciais nacionais no que se refere ao tema Nordeste e nordestinos, são eles Durval Muniz de Albuquerque Júnior ³ e Laércio Souto Maior ⁴.

Ademais, utilizaremos os modernos métodos de pesquisa pela rede mundial de computadores (*Internet*). No que concerne aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória, propondo-se uma investigação acerca do fenômeno do preconceito contra nordestinos no Brasil e seus efeitos sociais.

Com o objetivo de enriquecer o trabalho, o presente estudo irá se desenvolver tomando-se por base vários dados estatísticos relacionados à região Nordeste, tais como migração, desenvolvimento econômico etc.

Já o método de abordagem a ser empreendido para alcançar os objetivos da presente pesquisa será o método dedutivo, uma vez que se partirá de uma proposição geral acerca dos direitos das minorias, para se chegar a uma proposição particular: os direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos.

³ Escritor e professor de História da UFRN.

⁴ Advogado e escritor pernambucano radicado em Curitiba/PR.

CAPÍTULO II

2. NOÇÕES CONCEITUAIS

2.1. O que são minorias e quais são seus direitos?

Inicialmente é mister que antes de tratarmos a respeito dos direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos, da proteção internacional, constitucional e infraconstitucional, a saber, sobre os instrumentos normativos para concretização de tais direitos, compreendermos o que se entende por minorias.⁵

De acordo com Jamile Coelho Moreno⁶ há uma falta de consenso em torno dos elementos centrais do conceito de minoria, o que impede um êxito na elaboração de uma definição universalmente aceita, sendo a atual problemática das minorias, sem sombra de dúvidas, um tema mais do que amplo, porquanto a complexidade da questão se expressa, notadamente pelo seu caráter interdisciplinar (histórico, sociológico, etc.) não só no âmbito internacional público, mas pelo fato de o tema transcender o campo jurídico.

Perante essa dificuldade acerca de uma definição precisa do que venha a ser uma minoria, preferimos inicialmente trazer a lume a conceituação de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira que define o termo minoria da seguinte forma:

S.f Inferioridade de número.\ A parte menos numerosa de um corpo deliberativo, de uma câmara legislativa (contrapõe-se a maioria).\ Minoria nacional, agrupamento de pessoas unidas pela língua e pela religião e existentes dentro de uma coletividade mais importante com língua e religião diferentes⁷

Depreende-se dessa definição que o Dicionário Aurélio elencou o elemento numérico, como constitutivo de uma minoria. Não há, todavia, consenso no que diz respeito ao elemento quantitativo, qual seja, o tamanho de uma minoria, uma vez que o referido elemento, por si só, não é suficiente para caracterizar uma minoria que necessite de proteção especial do Estado.

No campo sociológico, o termo minoria normalmente é usado para referir-

⁵ MORENO, Jamile Coelho, Conceito de minorias e discriminação. 2009, p. 142. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/888- Acesso em 8 de dezembro de 2012.

⁶ Ibidem. p.149.

⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 47.

se ao subgrupo de pessoas que representa menos da metade da população total, sendo certo que, dentro da sociedade, ocupa uma posição neutra ou marginal. Ao passo que no aspecto antropológico o termo refere-se às pessoas marginalizadas, ou seja, excluídas socialmente do contexto nacional.⁸

A doutrina jurídica por sua vez conforme mencionado, não é pacífica no que concerne à conceituação do que se entende por minoria. Fernando de Brito Alves em sua dissertação de mestrado como o título “Para uma Fundamentação dos Direitos de Minorias em Tempos de Transição Paradigmática”, assevera que:

O conceito de minoria pode ser obtido de duas formas, pela afirmação do que as minorias são, ou pela afirmação do que as minorias não são que na epistemologia poderia ser designado por definição afirmativa ou negativa. Considerando que tudo foi negado as minorias, construir-se-á o seu conceito a partir daquilo que a distingue da maioria, ou das massas.⁹

O citado Brito Alves *apud* José Joaquim Gomes Canotilho explanando acerca do contexto histórico dos direitos das minorias, afirma que a sua definição deve ser perquirida compreendendo primeiramente como as modernas sociedades perderam um de seus traços mais característicos que era a identidade comunitária baseada em uma forte homogeneidade social:

No seio das sociedades inclusivas vivem minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas. [...] A noção de minorias e de direito de minorias levanta muitos problemas. Minoria será, fundamentalmente, um grupo de cidadãos de um Estado, em minoria numérica ou em posição de não dominante nesse Estado, dotado de características étnicas, religiosas ou linguísticas que diferem das da maioria da população, solidários uns com os outros e animados de uma vontade de sobrevivência e de afirmação da igualdade de facto e de direitos com a maioria.¹⁰

Alude Jamile Coelho¹¹ que diante da necessidade de uma definição de minoria, a Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Proteção das Minorias, criada pela ONU, encomendou ao perito italiano Francesco Capotorti um

⁸ MORENO, Jamile Coelho. *Ibidem*. p.152.

⁹ ALVES, Fernando de Brito. Para uma fundamentação do direito de minoria em tempos de transição paradigmática. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da UENP: Jacarezinho, 2009, p. 13. Disponível em: http://www.cj.uenp.edu.br/ccsa/mestrado/index_php?option=com_docman&task=doc_download&gid=37&Itemid=70-Acesso 12 de dezembro de 2012

¹⁰ *Ibidem*. p.41.

¹¹ *Ibidem*. p.150.

estudo que resultou na seguinte definição de minoria:

Um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não dominante, cujos membros – sendo nacionais desse Estado – possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população demonstre, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação de sua cultura, de suas tradições, religião ou língua.¹⁰

Percebe-se das definições suso mencionadas que as mesmas dão ênfase ao elemento quantitativo, bem como o elemento da solidariedade entre os membros de determinado grupo. Contudo, a noção de minoria encontra-se atrelada também a uma abordagem qualitativa, ou seja, os grupos minoritários podem ser compostos de parcelas consideráveis da sociedade (ex. mulheres e negros). Em outras palavras, o conceito de minoria não deve ser guiado apenas pelo elemento numérico, mas deve baseia-se essencialmente na posição social ocupada pelos grupos que se costuma chamar de minoria.

Neste cenário, as minorias devem ser concebidas como sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais, que unidos por similitude de condições, tradições, costumes ou por algum outro aspecto que os une, são geralmente vítimas de algum tipo de intolerância, preconceito e discriminação, seja de gênero, étnica, racial ou social.

Com o fim de aclarar a noção de minoria, podemos citar como exemplos de minorias: os nordestinos que é objeto desta monografia, os ciganos, os judeus, os portadores de necessidades especiais, as minorias linguísticas, as minorias religiosas, as minorias culturais, os moradores de rua, as populações marginalizadas entre outros.¹¹

No que pertine aos seus direitos, podemos dizer que estes encontram-se arraigados em preceitos universais, a saber, os direitos personalíssimos, os direitos à igualdade, à não-discriminação, à existência, à sobrevivência, à identidade dentre outros, tornando-os todos essencialmente iguais, perante a lei, sem distinção. Enfim, representam direitos fundamentais de parcelas da sociedade eleitas como minorias a partir de parâmetros de marginalização histórica.

No próximo capítulo, será abordada de forma pormenorizada a questão dos direitos das minorias a partir da proteção da legislação internacional, permitindo-

¹⁰ MORENO, Jamile Coelho. Apud CAPOTORTI, Ibidem. p.150.

¹¹ ALVES, Fernando de Brito. Ibidem. p.75.

nos entendermos melhor seus direitos básicos, dispostos em diversos diplomas universais de direitos humanos.

CAPÍTULO III

3. OS DIREITOS DAS MINORIAS NA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

3.1. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Direitos das Minorias

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, não trouxe em seu bojo nenhum dispositivo fazendo referência expressa ao termo minoria, contudo, este instrumento normativo consagrou a universalidade dos direitos humanos e, assim, representou ainda que de forma indireta um marco na proteção dos direitos fundamentais de todas as pessoas pertencentes às minorias, mormente porque a partir de sua promulgação o ser humano passou a ser visto como o elemento central a ser protegido pelo Estado, através do estabelecimento de princípios fundamentais atinentes à dignidade da pessoa humana¹², à igualdade, à liberdade, origem nacional etc. Assegurando em seus arts. 1º e 2º que:

Artigo 1º – Todos os homens nascem **livres e iguais em dignidade e direitos**. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (grifou-se).

Artigo 2º – Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, **origem nacional** ou social, riqueza, nascimento, **ou qualquer outra condição** (grifou-se).

Da leitura desses dispositivos, verifica-se que o referido documento universal, consagrou em seu texto um sistema de valores, que tem como núcleo o respeito à dignidade da pessoa humana que passa a ser erigida como valor jurídico fundamental de todos os sistemas constitucionais preparados e promulgados a partir de então, passando o Estado a ser instituído em função do ser humano e de seu bem-estar.

Como bem salientado pelos professores da FGV José Ricardo Cunha, Carolina de Campos Mello e Paula Spieler:

O movimento de internacionalização dos direitos humanos é bastante recente na história, uma vez que surgiu após as enormes atrocidades oco-

¹² A dignidade da pessoa humana, como princípio norteador dos direitos humanos, constitui princípio fundamental da República Federativa do Brasil de 1988. Está expressamente prevista no art. 1º, inciso III, da Constituição e que iremos tratar com mais ênfase no Capítulo V deste trabalho.

rridas durante a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de reconstruir os direitos humanos e **trazer a dignidade da pessoa humana para o centro das relações entre Estados.**¹³ (grifou-se).

Para Flávia Piovesan¹⁴ a norma internacional de direitos humanos no que se refere à concepção de igualdade, traz duas vertentes, quais sejam: **a) a igualdade formal**, reduzida à fórmula de que *“todos são iguais perante a lei”* que ao seu tempo, foi crucial para abolição de privilégios e **b) a igualdade material**, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva *“sendo permitido o tratamento desigual em circunstâncias desiguais com o propósito de reafirmar-se continuamente o Estado Democrático de Direito”*. Estabelecendo em seu artigo 7º que todos são igualmente dignos porque iguais em sua humanidade, *in verbis*:

Artigo 7º - **Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.** Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (grifou-se).

Como visto, a igualdade jurídica pressupõe a ideia de isonomia, uma vez que deve comportar uma interpretação em consonância com os fundamentos democráticos, que faz sobrepor seu aspecto material no caso concreto com o escopo de garantir aos grupos historicamente marginalizados um tratamento diferenciado no que pertine aos seus direitos básicos.

Destas premissas, extrai-se que a Declaração Universal de Direitos Humanos, em que pese não fazer expressamente menção aos direitos relativos às minorias, traz uma concepção de direitos humanos abalizada em preceitos universais, os quais a partir do término dos condenáveis acontecimentos da Segunda Guerra Mundial ocasionaram o reconhecimento do vínculo existente entre o respeito à dignidade do ser humano e à igualdade jurídica de todos perante a lei.

Por outro lado, a visão preponderante era a de que os direitos das minorias estariam suficientemente protegidos pelo enfoque individual e universal que os direitos humanos assumiram no período pós-guerra. Essa visão, contudo, fez

¹³ CUNHA, José Ricardo, MELLO, Carolina de Campos, SPIELER, Paula. Curso de Direitos Humanos-Fundação Getúlio Vargas, 4ª ed., 2009, p. 44. Disponível: http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/e/e5/Direitos_Humanos_-_aluno.pdf- Acesso em 27 de dezembro de 2012.

¹⁴ PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas, 2008. p. 888. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9927>- Acesso em 28 de dezembro de 2012.

com que, em meados da década de 1950, o tópico minorias passasse a ser excluído da agenda internacional. Apenas em 1966, com a inclusão do artigo 27 no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, que novamente tratou-se acerca do tema minorias.¹⁵

3.2. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966 é considerado o primeiro instrumento normativo internacional da ONU a tratar sobre o tema direitos das minorias, como evidenciado em seu artigo 27, *verbis*:

Artigo 27 – Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

Consoante observa-se da leitura do dispositivo infracitado, que o mesmo, somente versou acerca das minorias étnicas, linguísticas e religiosas. Entretanto, não é possível ater-se somente a tais minorias, visto que os critérios de identificação das minorias envolvem aspectos tanto objetivos quanto subjetivos.¹⁶

A citada autora Jamile Coelho Moreno em seu artigo intitulado “Conceito de Minoria e Discriminação” pondera que:

O aspecto objetivo envolve a visualização da realidade das minorias, por meio de documentos históricos e testemunhas que corroborem os laços étnicos, linguísticos e culturais destes grupos. Já o critério subjetivo envolve o reconhecimento da minoria, da sua existência reconhecida pelo Estado. Mister ressaltar que o não reconhecimento de uma minoria por parte do Estado não o dispensa de respeitar os direitos do grupo minoritário.¹⁷

Neste viés, é necessário mencionar a existência de outros grupos, tais como as pessoas portadoras de deficiência, os homossexuais, os portadores do vírus HIV, os nordestinos, dentre outros que, em princípio, não se enquadrariam nos modelos étnicos, linguísticos e religiosos, e ainda assim, são tidas como minorias.

¹⁵ MORENO, Jamile Coelho. Ibidem. p.143.

¹⁶ Ibidem. p.153.

¹⁷ Ibidem. op. cit. p.153.

Não obstante, a relevância dos direitos relativos às minorias enunciado no referido documento internacional, as normas nele expressas não apresentaram eficácia em muitos países, especialmente naqueles governados por regimes autoritários, como era o caso do Brasil à época. Destacando que o referido pacto só entrou em vigor em 23 de março de 1976, após as 35 ratificações mínimas exigidas para sua consecução.¹⁸ Essa demora, segundo José Afonso da Silva:

Deveu-se à dificuldade de se chegar a um consenso sobre os mecanismos de monitoramento de sua implementação, o que decorreu também da recusa de muitos governos em aceitar qualquer tipo de intervenção externa, entendida como atentatória à sua soberania.¹⁹

Convém salientar que apesar de aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 1966, a adesão brasileira a esse pacto só ocorreu em 1992, através do Decreto nº 592, porquanto como aludido, vivíamos sob a égide do regime autoritário (ditadura militar) vigente no país quando de sua aprovação, momento em que era praticamente impossível lutar em defesa dos direitos civis e políticos sem correr sérios riscos de prisão.²⁰

3.3. A Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas de 1992

A Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1992, nela não se registraram propriamente ressalvas contra a ingerência estrangeira, mas sim a necessidade de cooperação internacional para a proteção dos direitos das pessoas integrantes de grupos minoritários.²¹

¹⁸ LIMA JR, Jaime Benvenuto (organizador), GORENSTEIN, Fabiana, HIDAKA, Leonardo Jun Ferreira, Manual de Direitos Humanos Internacionais: Acesso aos Sistemas Global. Disponível em: http://www.gajop.org.br/arquivos/publicacoes/Manual_de_Direitos_Acesso_aos_Sistemas_global_e_Regional.pdf-Acesso em 28 de dezembro de 2012.

¹⁹ SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 31.

²⁰ CUNHA, José Ricardo, MELLO, Carolina de Campos, SPIELER, Paula, Ibidem. p. 24.

²¹ Comentários a Declaração das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas e Religiosas e Linguísticas de 1966-Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/dec92.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2012.

A sobredita declaração proíbe a discriminação com base na raça, no sexo, na língua e na religião, prescrevendo que os Estados devem proteger a identidade das minorias encontradas em seus territórios, inclusive por medidas legislativas. Ensina-nos a professora Flávia Piovesan que:

Apesar de seu caráter jurídico e não vinculativo a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas é considerada o instrumento de abrangência global mais generoso em termos de “discriminação positiva”, vale dizer, a que mais confere direitos especiais às minorias.²²

Neste diapasão, a referida declaração expressa uma aspiração coletiva de aprimoramento da convivência humana, vale dizer, que as minorias devem ser respeitadas em todos os seus direitos e garantias fundamentais por todos os países do globo terrestre, independentemente de raça, cor, credo ou região. Sobretudo porque é fato notório que os direitos das minorias nacionais e étnicas, religiosas ou linguísticas têm sido violados em escala planetária, podemos citar como exemplos clássicos de desrespeito aos grupos minoritários, as manifestações de violência nos territórios da antiga Iugoslávia, na Tchetchênia e em Ruanda, onde as minorias foram massacradas pelos regimes totalitários existentes nesses países.²³

3.4. A Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993

A Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada pela ONU em 1993, teve como resultados práticos a Declaração e o Programa de Ação de Viena²⁴, na verdade um só instrumento dividido em duas partes operativas: o primeiro reavaliou princípios básicos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, com destaque à universalidade destes; enquanto que o último foi direcionado aos órgãos de supervisão dos direitos humanos, tendo como ponto principal a ratificação universal e sem reservas dos instrumentos internacionais de direitos humanos.²⁵

Ambos foram seguidos pelo consenso de mais de 170 países, perfazendo

²² Ibidem. p. 87.

²³ Comentários a Declaração das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas e Religiosas e Linguísticas de 1966. p. 4.

²⁴ Capital da Áustria.

²⁵ LIMA JR, Jaime Benvenuto (organizador), GORENSTEIN, Fabiana, HIDAKA, Leonardo Jun Ferreira. Ibidem. p. 14.

como objetivo comum da comunidade internacional o fortalecimento e o aperfeiçoamento da proteção dos direitos das minorias em nível mundial, de modo a garantir a observância universal dos direitos humanos decorrentes da dignidade inerente à pessoa humana.²⁶ Conforme se depreende da leitura do seu art. 19, *verbis*:

Art. 19 - Considerando a importância da promoção e proteção dos direitos das pessoas pertencentes a minorias e a contribuição dessa promoção e proteção à estabilidade política e social dos Estados onde vivem, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos reafirma a obrigação dos Estados de garantir a pessoas pertencentes a minorias o pleno e efetivo exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sem qualquer forma de discriminação e em plena igualdade perante a lei, em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa Pertencentes a Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas e Linguísticas.

Percebe-se que essa declaração busca orientar a comunidade internacional, no sentido de que todos devem ser tratados de forma igualitária de maneira que os direitos humanos devem ser respeitados por todos os Estados de forma justa e equitativa.

Frise-se, ainda, que a partir da referida declaração é que se desenha o esforço de reconstrução dos direitos humanos como paradigma e referencial ético a nortear a ordem internacional contemporânea.²⁷

Nas sábias palavras do mestre Antônio Augusto Cançado Trindade:

A Declaração de Viena fortaleceu a universalidade dos direitos humanos, mediante, sobretudo a asserção enfática da indivisibilidade destes. Ao se encerrar a Conferência, reconhece-se que o tema em apreço diz respeito a todos os seres humanos e permeia todas as esferas da atividade humana.²⁸

Vê-se, portanto, que a Declaração de Viena de 1993 estende, renova e amplia a obrigação dos Estados em garantir as pessoas pertencentes às minorias, a liberdade, a dignidade, o respeito e principalmente a isonomia perante a lei, prescrevendo que os direitos humanos devem ser concebidos em sua integralidade, interdependência e indivisibilidade.

²⁶ LIMA JR, Jaime Benvenuto (organizador), GORENSTEIN, Fabiana, HIDAKA, Leonardo Jun Ferreira. Ibidem. p. 14.

²⁷ Ibidem. op. cit. p. 14.

²⁸ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos – Volume II. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 2001, p. 57.

De acordo com Stella Camlot Reicher ²⁹ da elaboração desses tratados internacionais, fruto da especificação dos direitos humanos, originou-se, portanto, um sistema especial de proteção dos direitos humanos que, de forma complementar ao sistema da Declaração Universal, destina-se a prevenir discriminações e violência contra pessoas ou grupos particularmente vulnerabilizados.

Ressalvando, ainda, que todos os diplomas internacionais estudados neste capítulo referentes aos direitos humanos em geral e aos direitos das minorias, em especial, aplicam-se às minorias brasileiras, uma vez que o Brasil assinou e ratificou todos esses tratados, obrigando-se a cumprir os preceitos universais garantidores da proteção das pessoas pertencentes às minorias.

No capítulo seguinte iremos discorrer acerca da proteção dos direitos das minorias à luz do direito brasileiro, sobretudo os compreendidos na Constituição Federal de 1988, os quais estabelecem importantes dispositivos acerca da proteção das pessoas pertencentes aos grupos minoritários.

²⁹ REICHER, Stella Camlot. Capacidades e Direitos Humanos: Uma Análise Conceitual sob a Ótica de Martha Nussbaum. Universidade de São Paulo Faculdade de Direito, São Paulo, 2009, p. 13. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../Stella_Camlot_Reicher_Dissertacao.pdf-Acesso em 01 de janeiro de 2013.

CAPÍTULO IV

4. OS DIREITOS DAS MINORIAS NO DIREITO BRASILEIRO

4.1. A Constituição Federal de 1988 como instrumento protetivo dos direitos das minorias

Conforme doutrina de Fernando de Brito Alves ³⁰ os direitos das minorias são assegurados pelo ordenamento constitucional pátrio, não somente em razão de o nosso país ser signatário das convenções internacionais mencionadas alhures, mas principalmente pela sistemática por ele adotada, cujos preceitos decorrem de garantias fundamentais acolhidas pelo Estado Democrático de Direito, tendo o constituinte já no preâmbulo da Constituição Federal de 1988 afirmado:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

A Constituição da República foi promulgada sob esse contexto, trazendo consigo o estabelecimento de regras e mecanismos capazes de reconhecer, no campo normativo, o progresso social e a promoção dos direitos fundamentais de indivíduos que fazem parte dos chamados grupos minoritários.

Percebe-se claramente essa intenção do legislador constituinte, quando da leitura do art. 3º, e seus incisos, *verbis*:

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, **sem preconceitos** de origem, raça, sexo, cor, idade e **quaisquer outras formas de discriminação**. (grifou-se).

³⁰ Ibidem. p. 41.

A nossa Carta Magna assumiu, destarte, uma abrangência considerável no tocante as garantias fundamentais das pessoas pertencentes às minorias, sobretudo pelo fato de ecoar os avanços elencados na legislação internacional, ao explicitar que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em artigo publicado referente ao tema pela Revista Direito e Liberdade, com o título “A Legislação Conformadora e Restritiva na Definição do Conteúdo dos Direitos Fundamentais” nos ensina José Armando Ponte Dias Júnior que:

O legislador que conforma os direitos fundamentais de acordo com o “ideal” constitucional, portanto, dota-os com os seus respectivos conteúdos essenciais, criando complexos de normas e institutos jurídicos concretos que pertencem à essência do respectivo direito fundamental. Já o legislador que limita os direitos fundamentais, obrigado que está a proteger bens jurídicos de valor igual ou superior, concretiza os limites aos direitos fundamentais conforme a sua essência.³¹

Essa abrangência fundamental foi reforçada com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, quando ao texto do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, foi incluído o § 3º, que reconheceu expressamente aos tratados de direitos humanos aprovados em duas votações, em cada uma das casas legislativas, com quorum de 3/5 dos votos, o status de norma com equivalência constitucional, assegurando uma maior segurança jurídica e conseqüentemente, conferindo aos direitos humanos ampla proteção:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo)

³¹ DIAS JÚNIOR, José Armando Ponte, A Legislação Conformadora e Restritiva na Definição do Conteúdo dos Direitos Fundamentais, Revista Direito e Liberdade, Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte- ESMARN, Vol. 9, nº 2, Mossoró, 2009, p. 73. Disponível em: http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/download/131/132- Acesso em 30 de dezembro de 2012.

Da leitura desses dispositivos percebe-se que a nossa Constituição traz em seu lastro princípios fundamentais destinados à proteção dos direitos humanos e conseqüentemente dos direitos das minorias, tais princípios permeiam a natureza democrática da Constituição de 1988 e servem para fundamentar novas leituras normativas, de maneira a garantir espaço e proteção aos direitos das minorias.

É nesse contexto que a ordem constitucional brasileira passou a ser dotada de valores intrínsecos ao ser humano, tendo como norte o direito à diferença e a diversidade, preceitos fundamentais para os excluídos socialmente alcançarem a cidadania. Segundo Brito Alves³² deixar de reconhecer constitucionalmente as diferenças e as especificidades fundantes dos diversos grupos minoritários é não só lhes negar os direitos de cidadania, mas negar-lhes a própria condição humana.

Compete salientar que existem duas minorias étnicas constitucionalmente reconhecidas: os indígenas (Capítulo VIII, do Título VIII- Da Ordem Social) e os remanescentes dos quilombolas (art. 68 do ADCT); e duas minorias sociais resguardadas em ponto específicos: as mulheres (art. 7º, XX, da CF) e os portadores de necessidades especiais (art. 37, VIII, da CF).³³

Afora os preceitos constitucionais acima expressos, temos em sede infraconstitucional, dois exemplos clássicos de leis voltadas em especial para proteção de uma minoria, são estas a Lei n. 6.001/1973 (Estatuto do Índio) que consigna que serão respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum; e a Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) conferindo ao gênero feminino tratamento diferenciado nas relações sociais e familiares, albergando em seu texto vários dispositivos concernentes à erradicação da violência contra a mulher.³⁴

³² Ibidem. p. 45.

³³ MIZUTANI, Larissa Caetano. Ser ou Não Ser Minoria: um estudo sobre a categoria minoria e seu lugar de reconhecimento pelo Poder Judiciário brasileiro, 2012, p. 78. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/10906/1/2012_LarissaCaetanoMizutani.pdf - Acesso em 01 de janeiro de 2013.

³⁴ MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira, MIZUTANI, Larissa, Direitos das Minorias Interpretado: o compromisso democrático do direito brasileiro, Brasília, 2011, p. 336. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/download/2177-7055.2011v32n63p319/21068> - Acesso em 01 de janeiro de 2013.

4.2. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

Criada com o propósito básico de investigar e receber denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil – papel desempenhado, até então, somente pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) – a Comissão de Direitos Humanos e Minorias passou a receber, em pouco tempo, centenas de denúncias envolvendo violações de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Hoje, o número maior de denúncias envolve violações aos direitos dos presos e detenções arbitrárias, seguidas de violência policial e violência no campo. No entanto, percebe-se o crescimento de violações envolvendo grupos vulneráveis, como indígenas, migrantes, homossexuais, afrodescendentes e outras minorias sociais.³⁵

Nos termos do art. 32, VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,³⁶ cabe à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;
- c) colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;
- d) pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- e) assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos índios e às comunidades indígenas; regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;
- f) preservação e proteção das culturas populares e étnicas do País.

Segundo Leandro Neves Cariello³⁷ a aludida comissão desempenha

³⁵ CARIELLO, Leandro Neves. Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados [manuscrito]: remando contra a maré / Leandro Neves Cariello. – 2008, p. 11. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/browse?value=Cariello%2C+Leandro+Neves&type=author> – Acesso em 02 de janeiro de 2013.

³⁶ Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília, 2012. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/regimento-interno-da-camara-dos-deputados. Acesso em 02 de janeiro de 2013.

³⁷ Ibidem. p. 12.

um papel de suma importância na proteção dos direitos das minorias, uma vez que busca apurar as denúncias relativas às violações de direitos humanos, mas principalmente porque tem contribuído no sentido de que esses violadores sejam punidos, sendo, a referida comissão peça fundamental para ajudar a construir a cidadania daqueles que não têm seus direitos respeitados.

4.3. Ações afirmativas: o dever do Estado de efetivar políticas públicas com o fim de assegurar às minorias o pleno exercício dos direitos humanos

Para Leandro de Moura Ribeiro ³⁸ as ações afirmativas constituem uma espécie de atuação positiva do Estado. Pioneiramente criadas nos Estados Unidos, as políticas de ação afirmativa originaram-se da necessidade de o Estado levar em consideração fatores que histórica e culturalmente foram determinantes de exclusão, tais como cor, sexo, raça, criando meios de prover o acesso desses grupos ao mercado de trabalho e às instituições de ensino.

Conforme doutrina de Flávia Piovesan³⁹ tais ações devem criar discriminações lícitas ou positivas para atender ao interesse público da promoção da dignidade humana e da justiça, comportando não somente o prisma retrospectivo de aliviar a carga de um passado discriminatório, mas também prospectivo na acepção de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade para as minorias.

Nessa acepção, o papel do Estado é fundamental, devendo implantar políticas públicas como uma forma de proteção dos hipossuficientes, objetivando, sobretudo, a redução das desigualdades sociais e a busca da igualdade material, proporcionando as pessoas pertencentes às minorias um tratamento diferenciado no que pertine aos seus direitos fundamentais.

No direito brasileiro, o conceito de ação afirmativa com maior aceitabilidade é oriundo do estudo aprofundado realizado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa Gomes, para quem as ações afirmativas constituem:

(...) Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discrimina-

³⁸ RIBEIRO, Leandro de Moura - A igualdade jurídica de homens e mulheres: Constituição e ações afirmativas. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?nlink=revista_artigos_le. Acesso em 23 de dezembro de 2012.

³⁹ Ibidem. p. 890.

ção racial, de gênero e origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal da efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.⁴⁰

Na esteira desse pensamento, é que a ação afirmativa emergiu como a face construtiva de um novo conteúdo a ser buscado pelo Estado Democrático de Direito que não podia persistir no conceito estático de um direito pautado simplesmente na igualdade formal, mas deve alicerçar-se em critérios materialmente valorados a fim de assegurar às minorias o pleno exercício dos direitos humanos.

Leciona a professora Flávia Piovesan⁴¹ que a Constituição Federal de 1988 estabelece importantes dispositivos que demarcam a busca da igualdade material, que transcende a igualdade formal. A título de registro, destaca-se o artigo 7º, inciso XX, que trata da proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, bem como o artigo 37, inciso VII, que determina que a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

O papel do legislador por sua vez nessa nova realidade social é de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade, porquanto a diferença não deve ser utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para sua promoção, mirando um tratamento diferenciado às pessoas inseridas em grupos vulneráveis, para que haja de fato uma igualdade a fim de vencer uma desigualdade posta e imposta historicamente.⁴²

Dentre os projetos de lei que tem por objetivo a implementação de ações afirmativas⁴³ tramitando no Congresso Nacional destaca-se o Projeto de Lei nº 354 de 2006 que garante 50% das vagas para Deputados Federal às populações negra e parda. O Projeto de Lei nº 6. 418 de 2005 que define o crime de discriminação no mercado de trabalho, injúria resultante de preconceito, apologia ao racismo, atentado contra a identidade étnica, religiosa ou regional e associação criminosa, tor-

⁴⁰ GOMES, Joaquim Barbosa. Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p.40.

⁴¹ Ibidem. p. 893.

⁴² Ibidem. op. cit. p. 893.

⁴³ Em nosso país a ação afirmativa mais conhecida é o chamado sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual de vagas em universidades públicas ou privadas a estudantes pertencentes a grupos particularmente vulnerabilizados, tais como: índios, negros, pardos e pessoas de baixa renda, numa espécie de política compensatória.

nando-os crimes inafiançáveis e imprescritíveis, revogando a Lei nº 7.716, de 1989.⁴⁴

Muitos desses direitos assegurados na Constituição e em outros instrumentos legais, entretanto, passaram a ser questionados perante o Poder Judiciário em especial, perante o Supremo Tribunal Federal, que tem fornecido decisões importantes, numa perspectiva voltada para a chamada função contramajoritária, tópico que abordaremos a seguir.

4.4. A função contramajoritária exercida pelo Poder Judiciário na proteção das minorias

Lecionam os professores Argemiro Cardoso Moreira Martins e Larissa Mituzani ⁴⁵ que a função contramajoritária exercida pelo Poder Judiciário ao julgar questões que envolvam direitos das minorias decorre da tutela dos direitos fundamentais (art. 5º, XXXV, da CF/88). Trata-se de o julgador assumir o papel político que é inerente à sua função e de observar o compromisso democrático constitucional que oriente sua interpretação. Anota-se que uma interpretação mais adequada a uma lide que envolva direito das minorias será aquela que contemple as normas e princípios basilares albergados pela Constituição, tais como repúdio ao preconceito e à discriminação (artigo 3º, IV) princípio da igualdade (artigo 5º, *caput*) entre outros, imprescindíveis para efetivar-se a cidadania dos excluídos socialmente.

Para consolidação desses direitos fundamentais, o Poder Judiciário brasileiro não pode permanecer inerte, mas precisa resguardar os direitos daquelas pessoas que estão inseridas num viés social de fragilidade. O Estado-Juiz deve ter o desiderato de exigir em suas decisões o respeito e à tolerância nas interações entre os indivíduos, fazendo-o através de punições severas, objetivando o combate a todas as formas de discriminação e garantindo aos grupos minoritários o pleno acesso à inclusão social.

Exercendo essa função contramajoritária, colacione-se julgado oriundo do Supremo Tribunal Federal de relatoria do Ministro Dias Toffoli, *verbis*:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). PERDA PARCIAL DE OBJETO. RECEBIMENTO, NA PARTE RE-

⁴⁴ ALVES, Fernando de Brito. *Ibidem*. p. 84.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 325.

MANESCENTE, COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. (...) **PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA.** O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. **Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de "promover o bem de todos".**(...) A referência constitucional à dualidade básica homem/mulher, no § 3º do seu art. 226, deve-se ao centrado intuito de não se perder a menor oportunidade para favorecer relações jurídicas horizontais ou sem hierarquia no âmbito das sociedades domésticas. Reforço normativo a um mais eficiente combate à renitência patriarcal dos costumes brasileiros. **A FUNÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A PROTEÇÃO DAS MINORIAS.** - A proteção das minorias e dos grupos vulneráveis qualifica-se como fundamento imprescindível à plena legitimação material do Estado Democrático de Direito.(...)-Ante o exposto, nos termos do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário. Publique-se. Brasília, 11 de maio de 2012.Ministro Dias Toffoli Relator Documento assinado digitalmente37226§ 3ºConstituição Federal ADPF nº 132/RJ ADPF nº 132-RJ 1.723Código CivilIV3ºConstituição (605191 RS , Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 11/05/2012, Data de Publicação: DJe-116 DIVULG 14/06/2012 PUBLIC 15/06/2012) (grifos acrescidos).⁴⁶

Destaque-se que a função contramajoritária exercida pelos nossos juízes e tribunais pátrios a qual pretendemos enfatizar neste trabalho, não encontra-se atrelada somente aos direitos sociais das minorias, como o direito à felicidade, direito à política de cotas nas universidades, direito ao reconhecimento da união homoafetiva entre outros, mas o direito de não sofrerem nenhum tipo preconceito ou discriminação por quem quer que seja, sob pena de quem o fazendo-o, vir a responder criminalmente por tais atos.

Com essas considerações, não estamos a afirmar que os direitos sociais das minorias não são importantes; ao contrário, são imprescindíveis para a construção da cidadania daqueles que foram excluídos socialmente. Todavia, chegou a hora de pensarmos numa proteção mais dinâmica e abrangente: “do social ao criminal”. Se a função contramajoritária dos nossos julgadores tutelam valores como cidadania e inclusão social das pessoas pertencentes às minorias, por que

⁴⁶ ADPF nº 132-RJ. Relator: Ministro. DIAS TOFFOLI: Data de Publicação: 15/06/2012- Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28fun%E7%E3o+contramajorit%E1ria%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/a3odh4k>. Acesso 13 de janeiro de 2013.

não tutelar de igual modo os direitos dos indivíduos estigmatizados pelo preconceito?

José Herval Sampaio Júnior em sua dissertação de mestrado com o título “Nova Concepção de Jurisdição”, nos traz pertinente lição no que diz respeito à função do Poder Judiciário nestes casos:

Não há como se pensar em um país que tenha positivado os direitos humanos, estabelecidos na Declaração Universal de Direitos do Homem, trazendo os agora como fundamentais, sem que se perquiria sobre a imanente **atuação do Poder Judiciário em todas as arenas**, inclusive políticas, tudo com o escopo de tutelar os direitos e assegurar aos cidadãos uma efetiva democracia.⁴⁷ (grifou-se).

A jurisdição brasileira deve assumir, assim, sua posição de guardião dos direitos fundamentais. Última esperança das massas oprimidas pelo descaso histórico dos nossos governantes. Porto seguro contra o preconceito e a discriminação da maioria contra a minoria. Exercer a função contramajoritária significa, sobretudo, valorizar a prática democrática da integração dos povos.

Seguindo essa linha de raciocínio é interessante trazermos à baila trecho do voto do Ministro Celso de Melo quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 477.554 AgR/MG:

A função contramajoritária do STF e a proteção das minorias e dos grupos vulneráveis, qualifica-se como fundamento imprescindível à plena legitimação material do Estado Democrático de Direito. Incumbe, por isso mesmo, ao Supremo Tribunal Federal, em sua condição institucional de guarda da Constituição (o que lhe confere “o monopólio da última palavra” em matéria de interpretação constitucional), desempenhar função contramajoritária, em ordem a dispensar efetiva proteção às minorias contra eventuais excessos (ou omissões) da maioria, eis que ninguém se sobrepõe, nem mesmo os grupos majoritários, à autoridade hierárquico-normativa e aos princípios superiores consagrados na Lei Fundamental do Estado. Precedentes. Doutrina.⁴⁸

Dessa forma, a função contramajoritária exercida pelo Judiciário, deve repelir de forma contundente as condutas ligadas ao discurso discriminatório e preconceituoso arraigados culturalmente em nosso país e que vem atingindo impe-

⁴⁷ SAMPAIO JÚNIOR, José Herval. Nova Concepção de Jurisdição-, Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fundação Edson Queiroz, Fortaleza, 2007, p. 137. Disponível em: <http://uol11.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&obraCodigo=74934&programaCodigo=84&ns=true#->. Acesso em 16 de janeiro de 2013.

⁴⁸ 16/08/2011 Segunda Turma Ag.Reg. No Recurso Extraordinário 477.554 Minas Gerais Relator : Min. Celso De Mello. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia-> Acesso 22 de janeiro de 2013.

tuosamente àquelas pessoas inseridas nos chamados grupos vulneráveis. Incluso nessa conjunção fática, encontra-se o grupo dos nordestinos que vêm sofrendo intolerância e preconceito tanto quanto negros, judeus, homossexuais etc. No capítulo seguinte iremos adentrar neste tema tão pouco abordado pela doutrina, trazendo à baila a temática acerca dos direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos.

CAPÍTULO V

5. OS DIREITOS DAS MINORIAS SOB A PERSPECTIVA DOS NORDESTINOS: preconceito, discriminação e estigma regional

5.1. Os direitos das minorias e os nordestinos

Afinal, o que caracteriza no mundo atual, as denominadas minorias? Tivemos no início desse trabalho a oportunidade de externar que as minorias caracterizam-se por serem compostas de sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais, que unidos por similitude de condições, tradições, costumes ou por algum outro aspecto que os une, são geralmente vítimas de algum tipo de intolerância, preconceito e discriminação, seja de gênero, étnica, racial ou social.⁴⁹

Nessa ótica, se para ser enquadrado como minoria faz-se necessário o preenchimento dos requisitos acima mencionados, podemos assegurar indubitavelmente que os nordestinos são uma minoria⁵⁰ e consequentemente necessitam de uma proteção especial do Estado. Sobretudo porque ao lado das minorias étnicas (índios), raciais (negros) e de preferência sexual (homossexuais), os nordestinos vêm sendo alvo constante de atos discriminatórios por parte de uma parcela considerável da população brasileira.

Como consequência, as pessoas originárias da região Nordeste ao fazerem parte desses segmentos minoritários, passaram a ter que viver em permanente estado de pressão, imposta por uma sociedade que requer desses sujeitos uma extenuante qualificação profissional, intelectual, econômica e por que não dizer uma perfeição da aparência física para que possam ser aceitos socialmente.⁵¹

Diante dessa nova conjuntura, o povo nordestino passou a ser agredido por diversos grupos antissociais que propagam manifestações de intolerância nesse país, como os neonazistas. De acordo com Rogério Taiar⁵² tal situação preocupa,

⁴⁹ Vide capítulo II, página 18.

⁵⁰ Os nordestinos são considerados hoje no Brasil uma minoria social, uma vez que vêm sofrendo contumazmente preconceitos e discriminações, sobretudo os ligados à sua procedência nacional.

⁵¹ Eliete OLIVEIRA, Ilze Arduini de Araújo, SILVA Antonia, Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar. UFU, 2011. p. 3. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CP03.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2013.

⁵² TAIAR, Rogério. Direito Internacional dos Direitos Humanos: uma discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos direitos humanos USP, São Paulo, 2009, p. 63. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-24112009-133818/>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

pois faz ressurgir discursos de eugenia até então somente presente na Alemanha da época de Adolf Hitler, que antes de ser um Estado Totalitário, era um Estado Discriminatório, que elegeu a raça como critério de diferenciação, capaz de quebrar, inclusive, o princípio da igualdade ou isonomia entre os seres humanos.

Atinente ao assunto, Ilze Arduini de Araújo Oliveira e Eliete Antônia da Silva em dissertação apresentada à Universidade Federal de Uberlândia/MG, aludem que os nordestinos são arquétipos dessas novas minorias excluídas socialmente:

Podemos ter como exemplos desses novos excluídos da sociedade os migrantes nordestinos, que muitas vezes viajam para o Sudeste em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida. Com eles vemos o preconceito se expressar através dos estereótipos como “baianos”, “pau de arara”, “cabeça chata”, “terra seca”, que são usados genericamente e preconceituosamente pelos moradores das cidades que os acolhem.⁵³

Necessário observarmos também que ao contrário de outros grupos minoritários tais como índios, judeus, palestinos, bascos entre outros, que se tornaram incômodos para expansão, consolidação e desenvolvimento de nações dominadoras, por causas religiosas, espaço vital, revoluções de libertação e unificação etc., os nordestinos foram essenciais para o crescimento econômico nacional, ao mesmo tempo em que colaboraram para formação cultural e social do país.⁵⁴

O fato é que depois de contribuir durante décadas para a grandeza e construção do país, os nordestinos foram jogados no limbo, ou seja, passaram a pertencer à categoria das minorias estigmatizadas pelo racismo, preconceito, discriminação e marginalização.

Em decorrência desse fenômeno social, a ciência do Direito com arrimo nos tratados internacionais de direitos humanos, através dos seus agentes estatais, não podem ficar silentes diante dessas manifestações abomináveis de desrespeito à dignidade da pessoa humana, devendo impor severas sanções às pessoas que difundem práticas atreladas ao discurso do ódio⁵⁵ contra nordestinos no Brasil.

Noutras palavras, o ordenamento jurídico vigente precisa proteger os di-

⁵³ Ibidem. p. 2.

⁵⁴ MAIOR, Laércio Souto. São os Nordestinos uma Minoria Racial?, 2º ed. Curitiba, Livraria Arles Editora, 1985, p. 78.

⁵⁵ Conhecido como discurso do ódio na doutrina brasileira e *hate speech* no direito comparado.

reitos das minorias nordestinas em todas as suas múltiplas dimensões (racial, cultural, social etc.) Em que pese restar evidente que o preconceito, a discriminação e o estigma regional contra nordestinos têm sido simplesmente negligenciados por boa parte dos pesquisadores da seara jurídica.

Entretanto, essa linha de relapso quanto às questões que envolvem o preconceito contra o povo nordestino precisa ser enfrentada e debatida, sob pena de nos tornarmos coniventes com essa prática odiosa. No tópico a seguir iremos discorrer acerca da origem dos diversos estereótipos que atualmente são atribuídos aos nordestinos em nosso país.

5.2. A pecha do preconceito, da discriminação e do estigma regional contra nordestinos: uma dura realidade presente em nosso país

Primeiramente faz-se mister trazermos breves definições acerca dos rótulos negativos de que são vítimas os nordestinos, a saber: o preconceito, a discriminação e o estigma regional.

O preconceito é um ponto de vista sobre determinado assunto, coisa ou pessoa formado previamente a um exame racional. É basicamente uma atitude interna que se torna relevante quando se exterioriza por meio da discriminação a determinada raça, cor, etnia ou procedência nacional.⁵⁶

Em outros termos, é um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos, ou seja, é uma ideia pré-concebida ou mais precisamente, a suspeita, a intolerância e a aversão ao diferente.

A discriminação, por seu turno, pode ser entendida como o tratamento pior ou injusto dado a alguém por causa de características pessoais (é posterior ao preconceito). Constitui-se em separar, dividir, segregar, sua materialização muitas das vezes é externada em manifestações de violência tanto física com verbal.

Ao passo que o estigma consiste em um atributo dirigido a determinadas pessoas e grupos que funciona como uma espécie de carimbo ou rótulo, que retrata um pré-julgamento. As pessoas rotuladas são sempre tratadas e vistas de acordo com o carimbo que recebem em detrimento de suas verdadeiras qualidades.⁵⁷

⁵⁶ Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia/etnocentrismo-estereotipos-estigmas-preconceito-discriminacao.htm>- Acesso em 20 de janeiro de 2013.

⁵⁷ Disponível em: <https://sites.google.com/site/sitetesteweb20/diferencas-entre-racismo-preconceito-estereotipo-e-discriminacao>. Acesso em 20 janeiro de 2013.

Feitas essas considerações, passe-se a analisar as proeminências que originaram os vários estereótipos que atualmente são infligidos ao povo nordestino.

Fernando José Gonçalves Acunha ⁵⁸ em relevante estudo atinente à matéria com o tema: *Têmis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos*, alude que é fundamental para se entender como se formaram os atos de aversão aos nordestinos no Brasil, que se retome o processo de criação da região Nordeste, os discursos usados pelos diferentes atores na concepção do espaço e na gestão de sua história, de sua cultura, de sua paisagem, enfim, de seus traços característicos, que em conjunto com alguns outros aspectos de natureza política e econômica, tornaram-se o embrião de um tipo de preconceito e de sua consequente manifestação exterior discriminatória, cada vez mais presente e recorrente nos dias atuais.

O surgimento da região Nordeste e de seu habitante, o nordestino, corresponde a uma construção recente, datada do princípio do século XX. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

O Nordeste como recorte regional, como uma identidade regional à parte, nem sempre existiu, como faz crer quase toda a produção artística, literária e acadêmica contemporâneas, que normalmente se referem ao Nordeste como tendo existido desde o período colonial (...) Essa designação Nordeste para nomear uma região específica do país, tendo pretensamente uma história particular, uma cultural singular, só vai surgir, no entanto, muito recentemente, na década de 1910 do século XX. ⁵⁹

Destarte, a denominação Nordeste para nomear uma região específica do país, só vai surgir na década de 10 do início do século passado. Antes, a divisão regional do Brasil se fazia apenas entre o Norte, que abrangia todo o atual Nordeste e toda a atual Amazônia e o Sul que abarcava toda a parte do Brasil que ficava abaixo do estado da Bahia.

Albuquerque Júnior ⁶⁰ destaca que a figura do nordestino começou a ser

⁵⁸ ACUNHA, Fernando José Gonçalves. *Têmis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos*, Brasília, 2012, p. 23. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/11056/1/2012_FernandoJoseGoncalvesAcunha.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

⁵⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007, p.91.

⁶⁰ Ibidem. p. 96.

formada por uma grande produção de obras literárias que continham personagens com diferentes tipos como: o cangaceiro, o jagunço, o coronel, o flagelado, o retirante, o beato e o romeiro. Esses personagens possuem algumas características em comum, que irão marcar a figura do nordestino até os dias atuais e ainda será uma das causas da forma estereotipada e preconceituosa de como os nordestinos são vistos e tratados no Brasil.

Segundo Ilze Arduini de Araújo Oliveira e Eliete Antônia da Silva ⁶¹ *apud* Albuquerque Júnior, essas figuras estereotipadas é que ligam o nordestino para ser elemento de uma sociedade rural, atrasada, pobre, rústica, de relações sociais violentas e discriminatórias. De acordo com as referidas autoras um outro discurso que o autor trás é construído também nos anos de 1920 a qual a figura do nordestino recebe a visão eugenista que pregava que pelo fato do nordestino não haver recebido grande quantidade de sangue ariano, os mestiços dessa região eram associados à ideia de serem preguiçosos, resistentes ao trabalho regular e instáveis do ponto de vista psicológico.

Durante os anos de 1980, período de um ciclo de sucessivas secas no Nordeste, se preconizou que haveria a formação de uma suposta sub-raça na região, a dos nanicos, fruto da subnutrição na dieta dos nordestinos e das consequências da estiagem que castiga o semiárido nordestino.

Toda essa conjuntura é que leva o nordestino a se tornar uma vítima privilegiada dos grupos neonazistas que se faz presente no estereótipo do “cabeça-chata” a qual carrega uma imagem estereotipada e pejorativa do próprio corpo do nordestino, que é visto normalmente como sendo de baixa estatura, de cabeça grande, trazendo no corpo os estigmas de sua origem regional. ⁶²

Laércio Souto Maior em seu livro “São os Nordestinos uma Minoria Racial?”, nos traz um estudo sem precedentes acerca da temática em questão. A referida obra em que pese ter sido escrita nos idos de 1985, retrata com riqueza de detalhes alguns estereótipos atribuídos aos nordestinos, tornando-a atualíssima e perfeitamente aplicável à realidade dos dias de hoje.

Na aludida obra, o autor que é advogado, pernambucano, radicado atualmente em Curitiba, Capital do Paraná, defende uma tese: a de que os nordestinos são discriminados como uma minoria racial em seu próprio país.

⁶¹ Ibidem. p. 2.

⁶² Ibidem. op. cit. p. 2.

As razões dessa discriminação contra nordestinos segundo Souto Maior, derivam de conflitos econômicos, sociais e culturais:

Para diversos grupos sociais que compõem a sociedade sulista, o nordestino é estereotipado como: burro, analfabeto, não civilizado, “cabeça chata”, ligado essencialmente ao meio rural e dado preferencialmente a trabalhos braçais. Enfim, o nordestino é identificado pela maioria da população como um cidadão inferior, tolerado, jamais apreciado e admirado. Tudo porque a discriminação contra nordestinos tem como causa absoluta **fatores de ordem econômica, social e cultural** e que são sublinhados pelos sulistas para o campo do racismo.⁶³

Nos termos em que preconiza o referido autor a ideia de que o nordestino seria ligado ao rural, serviu para estigmatizá-lo como sendo um homem que não se adapta à modernidade e ao urbano, não possuindo qualificação profissional e, portanto, só conseguindo realizar trabalhos desqualificados, sendo incapaz de realizar tarefas intelectuais.

Neste ponto, convergem as ideias de Albuquerque Júnior e Souto Maior, uma vez que para o primeiro, o preconceito contra o nordestino não se dá somente pela sua origem geográfica, mas também:

Está associado a outros preconceitos, como o preconceito de classe, aquele dirigido contra as pessoas pobres, que se ocupam com as atividades mais desqualificadas no mercado de trabalho e o preconceito racial, já que a maior parte da população da região é mestiça ou negra. O nordestino também será vítima do preconceito dirigido aos menos letrados e analfabetos, já que uma boa parcela dos migrantes nordestinos dos anos 30, 40 e 50, possuíam baixa taxa de escolaridade.⁶⁴

Todas estas reflexões nos fazem entendermos melhor como surgiram e se desenvolveram as concepções sociais, históricas e estéticas dentro de um universo de imagens e discursos que privilegiaram ideias e valores marcados por estereótipos a acerca do Nordeste e dos nordestinos.

É nesse ambiente que ressurgue com metódica regularidade, de tempos em tempos o odioso preconceito antinordestino, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Em exemplo clássico desse tipo de preconceito ainda arraigado na sociedade brasileira temos a infeliz frase do jogador Edmundo que em 1997, à época atuando pelo Vasco, após ser expulso por um juiz cearense em um jogo em

⁶³ Ibidem. p. 80.

⁶⁴ Ibidem. p. 125.

Natal disparou: *"a gente vem jogar na Paraíba e colocam um paraíba para apitar, só podia dar nisso"*.⁶⁵ Essa declaração evidenciou bem a generalização e o preconceito ainda existentes no país contra nordestinos, especialmente no sul/sudeste.

Dentro desse contexto, pode-se constatar que as pessoas oriundas do Nordeste são estigmatizadas com mais ênfase pela sua origem geográfica, independentemente de sua condição social, raça, gênero ou religião, ou seja, o simples fato de o sujeito ser nordestino o faz ser vítima das mais diversas manifestações de intolerância. Vejamos alguns casos de nordestinos eminentes que apesar de ocuparem uma posição de destaque na sociedade, sofreram o estigma de pertencerem à região Nordeste.

Nordestina e filiada a um partido temido por determinados setores da sociedade à época, Luiza Erundina fez história ao se tornar a primeira mulher eleita para comandar a maior cidade do país no final dos anos 80. Em entrevista de 2011, concedida ao Jornal Congresso em Foco, a ex-prefeita chegou a afirmar que se sentia mais discriminada em São Paulo por ser nordestina do que por sua condição de mulher:⁶⁶

Congresso em Foco – A senhora foi a primeira mulher a comandar a maior capital do país. A senhora se sentiu discriminada enquanto foi prefeita?

Luiza Erundina – Com certeza, enfrentei várias situações. No meu caso ainda era pior, porque eu era mulher, nordestina e do PT. Eram várias condições pessoais minhas que se somavam e reforçavam o preconceito. Sofri muito boicote e agressão. Recebi inúmeras mensagens ofensivas. Chegaram a me mandar uma carta com fezes dentro. Não foi fácil.⁶⁷

Sentindo esse mesmo estigma regional, o ex- Presidente da República José Sarney em artigo publicado no Jornal Correio Braziliense em 1996, com o título “Pau-De-Arara, Cabeça Chata”, desabafou:

Eu fui presidente da República e senti na carne o peso dessa discriminação. Não perdoavam que um homem do Nordeste, um "pau- de arara", pudesse ocupar aquele posto. No fundo, esse sentimento começa-

⁶⁵ Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/cuspe-xingamento-e-polemicas-marcam-relacao-arbitro-x-jogadores,86320f3e4389a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html?vgnextfmt=fmtExpandedPics>-Acesso em 20 de janeiro de 2013.

⁶⁶ CAVALCANTI, Clóvis. País e Região: Desigualdades e Preconceitos Regionais no Brasil. Cad. Est. Soe-, Recife, v9, n.1, p 25-40, jan./jun-, 1993. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br>-Acesso em 22 de janeiro de 2013.

⁶⁷ Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-anteriores/de-erundina-para-dilma-nao-se-intimide/>.-Acesso em 22 de janeiro de 2013.

va nos grandes líderes políticos que tinham visibilidade e espaço nos editoriais de alguns jornais que jamais deixavam de falar no "provinciano", o "nortista", o "Ribamar", enfim, nas designações que nada mais eram do que esse sentimento amoral, de que nem o presidente da República era poupado.⁶⁸

De acordo com Albuquerque Júnior ⁶⁹ durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pudemos assistir várias demonstrações de preconceito não só contra a origem geográfica, mas também de classe social em relação ao Presidente. Um exemplo é a forma indignada como alguns colonistas reagiram à festa de São João realizada na Granja do Torto, no primeiro ano de mandato do seu governo. A festa foi vista como brega, inoportuna, fora de lugar, folclórica, chegando a ser considerada uma afronta ao povo brasileiro e um desrespeito ao ritual para o cargo de Presidente da República.

Os casos explicitados acima vêm demonstrar que a elite brasileira, quase sempre voltada para os costumes europeu e norte-americano, tem vergonha de seu próprio povo e de suas próprias manifestações culturais populares, dando mais uma demonstração explícita de seu preconceito contra nordestinos, mascarado no discurso do "politicamente correto" que na atualidade se tornou moda entre os círculos sociais. Todavia, esse tipo de notação não passa de uma falácia, uma vez que na realidade o nosso país está impregnado de práticas discriminatórias.

Diante dessas considerações, constata-se de forma bem nítida que as manifestações de preconceito contra nordestinos no Brasil, dar-se-á de forma mais intensa por conta de sua procedência nacional, em que pese estarem ligadas também aos aspectos: econômico, social e cultural.

É oportuno observar que Albuquerque Júnior e Souto Maior trazem a ideia de que o preconceito contra nordestinos teria raízes no racismo, especialmente porque mulatos, negros e descendentes de índios comporiam grande parcela da população da região Nordeste.

Com todo o respeito aos nobres autores, entendo que essa ideia não merece guarida. Explico. De acordo com o estudo autossômico de 2009 ⁷⁰, levado a

⁶⁸ SARNEY, José. Pau-De-Arara, Cabeça- Chata, Correio Braziliense, Brasília, ed. 31 de outubro de 1996, p. 23. Disponível em: http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/236223/1/PS_1996%20-%200166.pdf. Acesso em 29 de janeiro de 2013.

⁶⁹ Ibidem. p.129.

⁷⁰ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil. Acesso em 29 de janeiro de 2013.

cabo pelo geneticista brasileiro Sérgio Pena, restou constatado que o componente europeu é o predominante na população do Nordeste, com contribuições africanas e indígenas. Segundo os dados do estudo a composição do Nordeste pode assim ser descrita: 60,10% de herança europeia, 29,30% de herança africana e 8,90% indígena.⁷¹

Esse estudo também constatou que os brasileiros de diferentes regiões são geneticamente muito mais homogêneos do que se esperava, como consequência do predomínio europeu o que já havia sido mostrado por vários outros estudos genéticos autossômicos. Afirma Bastos Rodrigues L. Pimenta que acompanhou a referida pesquisa que:

Pelos critérios de cor e raça até hoje usados no censo, tínhamos a visão do Brasil como um mosaico heterogêneo, como se o Sul e o Norte abrigassem dois povos diferentes, comenta o geneticista. O estudo vem mostrar que o Brasil é um país muito mais integrado do que pensávamos. A homogeneidade brasileira é, portanto, muito maior entre as regiões do que dentro delas, o que valoriza a heterogeneidade individual. Essa conclusão do trabalho indica que características como cor da pele são, na verdade, arbitrárias para categorizar a população.⁷²

Com efeito, a evolução genética do povo do Nordeste não é muito diferente do restante do nosso país, ou seja, é miscigenada e, portanto, possuindo as mesmas características bióticas dos demais habitantes do Brasil. Em outras palavras, somos todos iguais por carregarmos a mesma carga biológica, não havendo que se falar em superioridade de uma linhagem genética sobre a outra, até porque todos os seres humanos fazem parte de uma única raça, a saber, a raça humana.⁷³

Antes de concluir o presente tópico é essencial que se registre que boa parte dos preconceitos e estereótipos que as pessoas têm dos nordestinos, se deve ao fato da grande massa de migrantes internos em nosso país serem oriundos da região Nordeste. No item a seguir iremos tratar da migração de nordestinos para outros estados da federação, sobretudo os estados do Sul e Sudeste do país e os seus reflexos sociais.

⁷¹ Disponível em: <http://norte-lucas.blogspot.com.br/2011/11/estudos-geneticos.html>. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

⁷² Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/02/nossa-heranca-europeia>.-Acesso em 30 de janeiro de 2013.

⁷³ Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?op=download&id=147>- Acesso em 30 de janeiro de 2013.

5.3. A migração de nordestinos para outros estados da federação como reflexo da estigmatização

A migração de nordestinos para outros estados da federação, sobretudo os estados do Sul e Sudeste do país ocorre no início do século passado, num momento em que se está repensando a questão do trabalho e do trabalhador. Entre outros motivos que culminaram como uma intensa corrente migratória em âmbito nacional temos a escassez de braços que começava a ocorrer, notadamente, nas áreas economicamente em expansão como São Paulo.

A enciclopédia online Wikipédia nos traz a seguinte definição dessa corrente migratória de nordestinos para outros estados da federação:

Migração nordestina ou Êxodo Nordestino é um processo migratório secular de populações oriundas da região Nordeste do Brasil para outras partes do país, em especial o centro-sul. Esse movimento demográfico teve e tem grande relevância na história da migração no Brasil, desde a época do Império.⁷⁴

De acordo com o IBGE ⁷⁵ a década de 1920 marca o início desse processo migratório, mais intenso para o Sul/Sudeste. As correntes de trabalhadores dos estados nordestinos, notadamente aqueles assolados pelas secas, que haviam se dirigido em décadas anteriores para a Amazônia, começam a se dirigir, preferencialmente em direção as cidades sulistas do país, em busca de trabalho não apenas na lavoura cafeeira, como também na própria indústria nascente.

A professora Andréa Vettorassi ⁷⁶ aduz que esse fluxo migratório de nordestinos teria raízes na exploração social do trabalho, a saber, no monopólio da economia rural nordestina pelos grandes proprietários de terras, justificada pela seca, que somados com a grande oferta de empregos em outras localidades, em especial no centro-sul do país, acarretaram na expulsão de parte da população nordestina para outras regiões do país. Os mapas abaixo mostram o fluxo dessa mi-

⁷⁴ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Migra%C3%A7%C3%A3o_nordestina-Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

⁷⁵ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/migracoesinternas/textos/texto_7.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.

⁷⁶ VETTORASSI, Andréa. Laços de Trabalho e Redes dos Migrantes: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. p.20. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/docume nt/?code=000778989&go=x&code=x&unit=x>. Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

gração interna de nordestinos para outros estados entre as décadas de 1960 a 1980 e 1990 em diante:⁷⁷

Mapa 1.

Mapa 2.

Mapa 3.

Percebe-se que a migração de povos oriundos da região Nordeste é mais intensa entre as décadas de 1960 e 1980, devido ao auge da industrialização nos estados do Sul e Sudeste do país. A partir da década de 90 esse fluxo é bem menor, devido ao crescimento econômico da região Nordeste que começa a despontar.

Dados estatísticos do IBGE ⁷⁸ apontam que o total de migrantes interregionais em 2008 foi de 19,7 milhões de pessoas. O maior grupo nesse contingente foi o de nordestinos, com 10,5 milhões, ou 53,4% do total. O Sudeste continua a ser o maior pólo de atração dos nordestinos, recebendo 66,9% destes migrantes. O segundo grupo que mais emigrou nasceu no Sudeste (20,5% do total de emigrantes) e a maioria dirigiu-se para o Centro-Oeste (35,8%).

A razão dessa diáspora nordestina residiria no fato da visão espelhada nas décadas anteriores de um falso imaginário que se formou em relação às cidades pertencentes ao centro sul do Brasil, como o da promessa de uma qualidade de vida melhor, de fácil oportunidade de emprego, salários mais altos, entre outros, que fize-

⁷⁷ Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Anos_60-80.png;

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Anos_80-90.png;

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:90-.png>

- Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

⁷⁸ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476- Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

ram com que muitos nordestinos migrassem para essas regiões em busca de uma melhoria na qualidade de vida.

Albuquerque Júnior afirma que esses movimentos migratórios de pessoas advindas do Nordeste teria gerado o estereótipo do “baiano” que o nordestino carrega até hoje:

O primeiro grande grupo de migrantes que chega a São Paulo, por exemplo, era proveniente, em sua maior parte da Bahia, Estado de grande população negra. Talvez, por isso, o estereótipo do baiano acompanhe, até hoje, os migrantes provenientes dos Estados do Nordeste. Embora, como veremos mais adiante, este estereótipo, e a visão depreciativa que este significa para o nordestino, não se explicam apenas pelo preconceito de cor, mas, principalmente, por outros elementos que ajudaram a compor a imagem dos migrantes do Nordeste no Sul e que foram, em grande parte, fornecidos pelos próprios discursos “nordestinos”.⁷⁹

Tal concepção, como percebe-se, criou o estigma regional de que a condição de migrante que carrega o nordestino, o faz “inferior” em termos de não possuir qualificação profissional, somente estando capacitado para realizar trabalhos subalternos e não atividades intelectuais.

A introjeção dessa subalternidade segundo Albuquerque Júnior⁸⁰ teria originado também uma atitude de repúdio às próprias origens geográficas por uma parcela de migrantes nordestinos, que vitimados pelo preconceito, ao chegarem às grandes cidades sulistas e sudestinas, procuram negar ou apagar rapidamente as marcas que os identificariam com a pecha do migrante.

Neste sentido, o exaustivamente citado professor de História da UFRN nos traz a lume pertinente explicação, que conclui o raciocínio ora desenvolvido:

O migrante nordestino tenta assimilar, às vezes de uma forma inautêntica e caricatural, o que seria a forma paulista ou carioca de ser, de andar, de vestir, de falar, de se comportar, buscando se diluir na multidão, se integrar à nova realidade que chega. Muitas vezes, para se mostrar perfeitamente integrado ao ser paulista ou carioca, o próprio nordestino passa a reproduzir o preconceito contra aqueles que chegam da mesma região de onde veio, gerando assim o fato de que as novas levadas de migrantes sejam discriminadas por aqueles que chegaram primeiro. Muito dos filhos dos migrantes nordestinos, se nascidos já em São Paulo ou no Rio de Janeiro

⁷⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Esboços do Social: trabalho, Estado e regionalização no Brasil no início do século XX, Programa de Pós- Graduação da UFRN, Revista Porto. Vol. 1. nº 1. 2011. p. 61. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/porto/article/view/1471/1122>. Acesso em 02 de fevereiro de 2013.

⁸⁰ Ibidem. p. 119.

irão negar veementemente as suas origens, e poderão também ridicularizar, até com maior ênfase, as pessoas que daí provêm, como forma de afirmarem sua paulistanidade ou sua carioquice.⁸¹

Por todos esses motivos, não restam dúvidas que a condição de migrante do nordestino fez nascer no seio da sociedade o estigma regional que o povo pertencente à região Nordeste carrega até os dias atuais de ser um povo atrasado intelecto e culturalmente. Na maioria das vezes esse pensamento retrógrado se exterioriza em manifestações de preconceito que lança mão do discurso xenófobo, que por seu potencial antidemocrático e desestabilizador, deve ser combatido pela academia, pelas instituições e pela sociedade como um todo.⁸² No próximo tópico nos dedicaremos a examinar o fenômeno das manifestações preconceituosas contra nordestinos pela *Internet*.

5.4. Internet: preconceito contra nordestinos na rede mundial de computadores

Como vimos nos tópicos anteriores a existência do preconceito, da discriminação e da estigmatização contra nordestinos no Brasil é uma realidade inegável. Nos últimos anos, com o advento da rede mundial de computadores (Web), essas manifestações xenófobas se intensificaram, ultrapassando as fronteiras das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, permitindo assim um contato intenso entre as pessoas que compartilham dessa prática.⁸³

Destaca o professor Fernando José Gonçalves Acunha⁸⁴ que um dos exemplos desse tipo de preconceito contra nordestinos pela *Internet* é o “Manifesto São Paulo para os Paulistas” com o seguinte endereço na Web: <http://www.manifestopaulista.blogspot.com.br/>.⁸⁵ Esse *Blog* escancaradamente prega incitações xenófobas contra o povo do Nordeste. Organizado por jovens paulistas, esse manifesto segundo seus adeptos pretende reagir ao “desrespeito” praticado contra migrantes nordestinos que agem como se estivessem em sua terra, ocupan-

⁸¹ Ibidem. op. cit. p. 119.

⁸² ACUNHA, Fernando José Gonçalves. Ibidem. p. 73.

⁸³ Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-preconceito-contra-o-nordestino-no-sul-e-sudeste-do-brasil/69445/#ixzz2N9ucmOjt>-Acesso em 11 de fevereiro de 2013.

⁸⁴ Ibidem. p. 68.

⁸⁵ Disponível em: <http://www.manifestopaulista.blogspot.com.br/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2013.

do espaço e impondo sua cultura e costumes tudo com o intuito de apagar a “identidade paulista” de ser.

Gonçalves Acunha ⁸⁶ afirma que o site www.folha.com relatou que a ONG *SAFERNET* encaminhou às autoridades competentes mais de mil perfis em redes sociais que teriam postado comentários com semelhante conteúdo discriminatório e ofensivo contra nordestinos através da *Internet*.

Assevera o autor suso mencionado que é justamente nas redes sociais que pode-se encontrar vários casos e exemplos de preconceitos contra a região Nordeste e os nordestinos. Nessas redes são praticados os mais diversos atos xenófobos, não importa o tema ou assunto abordado: futebol, apagão, música e etc., existem com frequência comentários, *posts*, recados, ameaças, todas convergindo no mesmo ponto, a ofensa à região e o seu habitante. ⁸⁷ Vejamos então alguns casos trazidos pelo professor Gonçalves Acunha e outros extraídos de nossa pesquisa.

Em fevereiro de 2011, o Nordeste foi vítima de um apagão que deixou oito Estados sem energia elétrica. Segundo o portal Diário do Nordeste ⁸⁸, imediatamente, o *Twitter* foi infestado de comentários de cunho preconceituoso contra o povo nordestino. Um internauta identificado apenas como *@HumorNegroo* postou o seguinte comentário: *"apagão no nordeste e só agora fui descobrir que lá tinha energia elétrica kkkkk"*. Já o perfil *@hadoucken* escreveu: *"gente não sei pra que zuar o nordeste pelo apagão quem vê pensa que eles tem tanta coisa assim pra ligar na tomada"*. ⁸⁹

Neste mesmo ano os Estados de Alagoas e Pernambuco foram vítimas de fortes enchentes que destruíram parcialmente vários municípios, sendo que o site www.diariodepernambuco.com.br, ⁹⁰ anotou que o *Orkut* teve várias publicações de preconceito contra nordestinos, tais como: *"pessoal com essas enchentes no nordeste acho que os cabeçudos vão vir em massa pra SP, tô muito preocupada com isso. Vai ter mais lixo do que já tem aqui."* ⁹¹

Pesquisando na referida rede social *Orkut* encontramos as seguintes co-

⁸⁶ *Ibidem*. p. 71.

⁸⁷ *Ibidem*. op. cit. p. 71.

⁸⁸ Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=347984&modulo=966>- Acesso em 15 de fevereiro de 2013.

⁸⁹ ACUNHA, Fernando José Gonçalves. *Ibidem*. op. cit. p. 71.

⁹⁰ Disponível em: <http://www.old.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/nota.asp?materia>-Acesso em 15 de fevereiro de 2013.

⁹¹ ACUNHA, Fernando José Gonçalves. *Ibidem*. op. cit. p. 71.

munidades que pregam o ódio contra nordestinos:⁹²

Odeio vizinho paraíba/baiano descrição da comunidade: "Geral que tem raiva do VIZINHO NORDESTINO, que escuta CALYPSO (ou outra *** do gênero), o dia todo e enche o saco, aqui é seu lugar. A comunidade não odeia os nordestinos que no NORDESTE RESIDEM, só não gostamos dosque invadem nossa terra para atrapalhar a vida alheia com FALTA DE EDUCAÇÃO. Não gosto de tê-los como vizinhos, acho que lugar de NORDESTINO É NO NORDESTE, assim como lugar de SUDESTINO É NO SUDESTE, SULISTA NO SUL OU EUROPEU NA EUROPA. É um direito nosso EXPRESSAR o que sentimos..."

Eu odeio o nordeste descrição da comunidade: "Essa comunidade é para quem odeia o nordeste, uma região *** que só tem vagabundo, corno, ***, e que não da nada pro Brasil além de políticos corruptos e mais um montão de coisas. Se você odeia o nordeste participe dessa comunidade !" ⁹³

Os episódios acima referidos são exemplos recorrentes em nosso meio social, que com o advento da *Internet* vieram à tona, mostrando que a prática do preconceito regional trás consigo uma nova divisão social, de um povo historicamente miscigenado. É preciso deixar claro que praticar o ódio contra nordestinos é segregar uma nação de várias faces, cores e raças onde não há melhores ou piores, é excluir pessoas que não tiveram culpa de seu local de natalidade. O mais perturbador é que o povo nordestino está sendo inferiorizado e marginalizado por pessoas da mesma nacionalidade.⁹⁴

No tópico que segue examinaremos o julgado da estudante paulista Mayara Petruso, que foi condenada criminalmente por ter proferido manifestações racistas contra nordestinos através das redes sociais.

5.5. Estudo de precedente: uma análise do julgado da estudante paulista Mayara Petruso

No caso concreto mais conhecido em que a região Nordeste e os nordestinos foram vítimas do preconceito regional através da Internet, temos da es-

⁹² Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_59738/artigo_sobre_o_preconceito_contra_o_nordestino_no_sul_e_sudeste_do_brasil- Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

⁹³ Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=11801464> – Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

⁹⁴ SANTANA, Felipe Michael Juvêncio, LACERDA, Ingrid Farias de, FONTENELE Jamile Holanda - Preconceito Regional nas Redes Sociais: São Paulo x Nordeste, Natal, 2011, p. 5. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/DowContador?OpenAgent&unid=B10641DE99625E3A832579DB006EED60>- Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

tudante Mayara Penteado Petruso, que residente e domiciliada na cidade de São Paulo, emitiu comentários preconceituosos em suas redes sociais, após a eleição de Dilma Rousseff para Presidência da República em 2010.

Mayara fez apologia ao assassinato de nordestinos quando postou em seu *Twitter* o seguinte comentário: “Nordestino não é gente, faça um favor a Sp, mate um nordestino afogado!”, e também publicou no seu perfil do site de relacionamentos *Facebook* a frase: “AFUNDA BRASIL. Deem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalhava pra sustentar os vagabundos que fazem filho pra ganhar o bolsa 171.”⁹⁵

Por conta dessas manifestações xenófobas, Mayara virou réu no processo nº 0012786-89.2010.403.61.81,⁹⁶ após ser denunciada pelo Ministério Público Federal pelo crime previsto no art. 20, §, 2º,⁹⁷ da Lei nº 7.716/89, junto à Justiça Federal Seção Judiciária de São Paulo/SP. Julgado que passaremos a analisar nas linhas a seguir delineadas.

No caso em exame, segundo o relatório da sentença o membro do Ministério Público Federal em sede de alegações finais teria sustentado:

1) que a materialidade delitiva está provada; 2) a autoria delitiva, igualmente e 3) o dolo está provado, pois a acusada à época dos fatos cursava Direito, residia nesta capital com duas amigas e estagiava em escritório de advocacia de renome, o que revela que se trata de pessoa que tem desenvoltura. A negativa de dolo resta, pois, infirmada pelos fatos.

Enquanto a defesa de Mayara nos termos desse mesmo relatório teria alegado:

1) que a acusada não agiu com dolo; 2) houve confissão; 3) é pessoa inexperiente, imatura, ingênua e infantil; 4) não quis ofender; 5) não imaginou que as postagens pudessem ter repercussão que tiveram; 6) não é preconceituosa; 7) cita precedente do STJ em que houve absolvição por crime semelhante (RESP n. 9.11183/SC; 8) não pode o juiz influenciar-se pelo discurso do politicamente correto; 9) é necessá-

⁹⁵ SANTANA, Felipe Michael Juvêncio, LACERDA, Ingrid Farias de, FONTENELE Jamile Holanda, *Ibidem*. p. 2.

⁹⁶ Ação Penal nº 0012786-89.2010.403.61.81- 9º Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.jfsp.jus.br/foruns-federais/> - Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

⁹⁷ Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

rio dolo específico e 10) subsidiariamente, devem ser consideradas atenuantes ter cooperado com o processo, primariamente e bons antecedentes.

A magistrada que julgou o caso Mônica Aparecida Bonavina Camargo, proferiu a sentença em 03 de maio de 2012, fundamentada nos seguintes termos:

[...] Vejamos a materialidade delitiva. A mensagem está registrada à ff. 03, 08, 09, 216 e 223 dos autos em apenso. Consta do seu texto: “Nordestisto” (sic) não é gente. Faça um favor a Sp: mate um nordestino afogado!”. O texto afirma que os da região Nordeste, que inclui os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, não são pessoas. Essa menção a procedência nacional, pede um favor aos destinatários da mensagem, consistente na morte dessas pessoas afogadas. O texto consiste em incitar, ou seja, estimular, instigar, impelir, encorajar uma discriminação, pois as pessoas dessa origem deveriam ser eliminadas. Rejeito a tese de n. 10, porque não há semelhança entre os casos, porque na ementa indicada à f. 614 consta que as palavras foram dirigidas a comunidades específicas e colonos, e não ao povo indígena, diversamente do que ocorre no caso em tela, em que o texto é genérico a todos os nordestinos. O uso do meio de comunicação restou provado, pois o Twitter é uma rede social e o servidor para microblogging, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos.

A juíza observou neste ponto que a materialidade delitiva restou comprovada, porquanto a acusada se valeu de um meio de comunicação (o *Twitter*) para propagar manifestações de ódio contra as pessoas oriundas do Nordeste. Rejeitou a tese da defesa que arguiu que a acusada teria exteriorizado apenas sua opinião acerca das eleições, trazendo aos autos a ementa do RESP n. 9.11183/SC, que foi rejeitada pelo juízo federal, ao fundamento de que os casos não são semelhantes.

No tocante à autoria a magistrada expressou:

A autoria restou comprovada. Os documentos acima citados associam a mensagem à acusada. Em juízo, a acusada admitiu ter postado a mensagem. As testemunhas, igualmente, confirmaram que a mensagem era de Mayara. Vejamos o dolo, vontade livre e consciente. A acusada agiu de forma livre, não tendo sido obrigada a enviar o post. Estava consciente quando enviou a mensagem. Rejeito a tese de n. 4. O que se pode perceber é que a acusada não tinha previsão quanto à repercussão que sua mensagem poderia ter. Todavia, tal não exclui o dolo. Rejeito a tese n. 8. Rejeito a tese n. 6, pois a acusada, como ressaltou o MPF, à época dos fatos era universitária e já estagiava, o que revela que não era uma pessoa totalmente inexperiente. Não se exige o dolo específico para esse delito, pois o tipo penal não encerra expressão como “para o fim de”. Rejeito a tese n. 12. Rejeito a tese n. 7, pois quando se declara que alguém (pessoa) não é gente, faz-se uma ofensa, negando-lhe a qualidade humana, a de estar no “ápice” dos seres vivos. O que se poderia discutir é qual o mote da negativa.

Se a acusada estivesse em um contexto de humor, poder-se-ia cogitar que de fato não queria ofender, mas provocar o riso com uma piada, ainda que se considerasse de mau gosto ou de gosto discutível. Trata-se, porém, de situação diversa da presente. No interrogatório Mayara disse que fez o comentário, porque estava indignada com pleito eleitoral, e é justamente este ponto que caracteriza a seriedade de sua declaração, o contexto político, no âmbito do comportamento social, a sede do preconceito. Mayara pode ser preconceituosa; aliás, acredita-se que não o seja. O problema é que fez um comentário preconceituoso. Naquele momento a acusada imputou o insucesso eleitoral (sob à ótica do seu voto) a pessoas de uma determinada origem. A palavra tem grande poder, externando um pensamento ou um sentimento e produz muito efeito, como se vê no caso em tela, em que milhares de mensagens ecoaram a frase da acusada.

A partir dessa interpretação a meritíssima juíza entendeu que apesar de não ser adepta do preconceito, Mayara teve naquele momento uma atitude preconceituosa. Advertiu que a Constituição de 1988 proíbe tal conduta a fim de que o preconceito – o fato social- seja um dia passado, deixe de existir. Ressalta que é importante que a sociedade seja conscientizada quanto à neutralidade que as questões de diferenças entre as pessoas devem envolver, não sendo a origem, a religião, o gênero, a cor da pele, a condição física, a idade etc., motivo para atitudes agressivas.

Em sede de conclusões arremata a magistrada:

[...] Concluo que não se trata de nesta sede julgar a pessoa de Mayara; trata-se de julgar um fato por ela praticado. Assim, o fato de ela não ser preconceituosa, não exclui o dolo (rejeito a tese n. 9). Não se trata, ainda de adotar o discurso do “politicamente correto” pura e simplesmente. [...] Sob o aspecto mais profundo, trata-se de convite a revermos nossas atitudes e estereótipos, contribuindo para uma sociedade mais neutra quanto a questões pessoais, dignificando todas as pessoas, dando-lhes a efetiva igualdade de que são portadoras, quer tenham necessidades especiais ou não; **quer sejam minorias ou não**; quer tenham patrimônio ou não. No caso dos autos as frases de Mayara vão além do que seria politicamente incorreto, recordando-se que o “politicamente correto” geralmente é mencionado no que toca ao humor, hipótese de que não se cuida nesta ação penal. Mayara disse que sua expressão era uma posição política. Rejeito, assim, a tese n. 11. E claro que a acusada poderia expor sua ideia política de que as pessoas da Região Norte e Nordeste teriam votado na então candidata Dilma Rousseff, influenciadas por benefícios sociais; não poderia, porém, sob o aspecto jurídico declarar que nordestinos não são pessoas e que deveriam morrer. Trata-se de situações totalmente diferentes. [...] De fato, as pessoas não têm consciência de seus preconceitos, tanto que a maioria dos que teceram as críticas acima deve ouvir música, curtir o carnaval baiano, fazer viagens de formatura para Porto Seguro, comer doces de caju, tomar suco de açaí, comer açaí na tigela, usar roupas de renda da renascença etc., sem ter consciência de que são tipicamente da cultura do Norte e do Nordeste.[...] Assim, **reconheço a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade dos fatos narrados na denúncia e condeno Mayara,**

por incurso nas sanções do art. 20, §, 2º, da Lei n. 7.716/89. (grifou-se)

Com profunda sapiência a magistrada Mônica Aparecida conclui sua decisão, destacando que não se pode aceitar a atitude de Mayara, entendendo que o simples fato dela não ser preconceituosa, não exclui o dolo de sua conduta. Observou que a frase da acusada vai além do “politicamente incorreto”, tese arguida pela defesa e rejeitada pela juíza. Aludiu que as declarações xenófobas e preconceituosas, publicadas na *Internet* a partir da noite do dia 31/10/2010, contra todos os nordestinos foi um fato público, notório e inconteste que causou polêmica em todo o Brasil e repercutiu até internacionalmente.

Ao final após a dosimetria da pena Mayara Petruso foi condenada à pena de multa no valor de um salário mínimo e prestação de serviços à comunidade pelo período de 1 (um) ano, 5 (cinco) meses e 15(quinze) dias em entidades assistenciais (hospitais, escolas, orfanatos e outros).

A par da exposição do julgado transcrito alhures, pode-se aferir que a punição da estudante paulista em que pese ter sido abrandada pela justiça, devido às atenuantes em favor da acusada (primariamente e bons antecedentes), foi de extrema importância para enfrentamento do preconceito regional, servindo de lição (cunho pedagógico) para aquelas pessoas que pensam em pregar o ódio contra nordestinos no Brasil.

Em contraposição, poder-se-ia pensar que esse acontecimento foi um simples exercício da liberdade de expressão e de pensamento. Todavia, esse tipo de posicionamento é totalmente derrubado diante da violação do princípio da dignidade da pessoa humana, visto que afirmar que uma pessoa não gente é tentar ferir de morte o bem mais precioso que o sujeito possui em termos de vida: a sua qualidade de ser humano.⁹⁸

Igualmente, necessitamos compreender que o respeito às diferenças é essencial para a convivência harmoniosa entre os seres humanos, devendo ser banida da sociedade todas as formas de discriminações que provoquem distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência, origem nacional ou étnica, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro.⁹⁹

⁹⁸ SANTANA, Felipe Michael Juvêncio, LACERDA, Ingrid Farias de, FONTENELE Jamile Holanda, *Ibidem.* p. 5.

⁹⁹ *Ibidem.* op. cit. p. 5.

5.6. Dados estatísticos contrariam o preconceito contra a região Nordeste e os nordestinos

Dados estatísticos pouco divulgados e reconhecidos derrubam o imaginário coletivo que construiu-se em torno da região Nordeste e do seu habitante o nordestino. Abalizado em um conceito prévio de que esse espaço geográfico brasileiro somente abriga o analfabetismo, a miséria, a seca e o flagelado. Exporemos a seguir interessantes números que contrariam essa visão desvirtuada.

A região Nordeste é constituída por nove Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Abrangendo uma área de 1.554.257 km², a qual abriga cerca de 53.081.950 habitantes, sendo a segunda região mais populosa do território brasileiro. É atualmente, a terceira maior economia do Brasil entre as grandes regiões. Sua participação no Produto Interno Bruto brasileiro foi de 13,5% em 2009, após a Região Sul (16,5% de participação no PIB) e à frente da Região Centro-Oeste (9,6% de participação no PIB).¹⁰⁰

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), constatou que a renda média no Nordeste sofreu um aumento real (já descontada a inflação) de 28,8% entre 2004 e 2009, passando de R\$ 570 para R\$ 734. Entre 2008 e 2009, o incremento foi de 2,7%, sendo a região que apresentou o maior incremento no salário médio do trabalhador nesse período.¹⁰¹

O Nordeste vem também apresentando grande melhora nos últimos anos no que tange à qualidade de vida de sua população com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,720- melhor que os de países como África do Sul (maior economia do continente africano), Bolívia e Guiana.¹⁰²

A taxa de fecundidade do Nordeste é de 2,04 filhos (dados de 2009). Estando a taxa de natalidade nordestina abaixo da taxa de reposição populacional, que é de 2,1 filhos por mulher – duas crianças substituem os pais e a fração 0,1 é

¹⁰⁰ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil –Acesso em 09 de janeiro de 2013.

¹⁰¹ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/2010/ultimas-noticias/2010/09/08/renda-no-nordeste-e-a-que-mais-cresce-e-diferenca-para-regioes-mais-ricas-cai-aponta-ibge.jhtm> - Acesso em 09 de janeiro de 2013.

¹⁰² Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip> - Acesso em 09 de janeiro de 2013.

necessária para compensar os indivíduos que morrem antes de atingir a idade reprodutiva – e é semelhante às taxas de alguns países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos e da Islândia (ambos com taxa de 2,05 filhos por mulher).¹⁰³

Relativo à educação a região Nordeste reconhecida historicamente por ter o maior número de iletrados do país, logrou notáveis avanços nos seus indicadores educacionais durante a década de 2000: a sua taxa de analfabetismo caiu de 22,4% em 2004 para 18,7% em 2009 e continua caindo vertiginosamente segundo informação divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹⁰⁴

A Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal de Pernambuco estão entre as 20 melhores universidades da América Latina segundo o *Webometrics Ranking of World Universities* 2011, à frente de universidades conceituadas como a Universidade da Costa Rica, a Universidade de Concepción, a Universidade Federal Fluminense e a PUC-RS.¹⁰⁵

O estado de Pernambuco é uns dos que mais se destacam no ensino tecnológico. Somente a título de exemplo, o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIN UFPE), responsável pelos cursos de Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Engenharia da Computação, é grande fornecedor de mão de obra especializada em tecnologia para a *Microsoft*.¹⁰⁶

O Ceará é o estado com o maior índice de aprovações no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), considerado o vestibular mais difícil do país. Todos os anos cerca de 30% dos calouros desta instituição de ensino superior são deste estado nordestino. Outro destaque da região Nordeste no ITA é o estado de Pernambuco que teve 12 estudantes aprovados no Vestibular 2011, o que representa quase 10% das 130 vagas oferecidas por esta instituição.¹⁰⁷

Em recente pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro, foi constatado que

¹⁰³ Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/taxa-fecundidade-no-brasil.htm> - Acesso em 09 de janeiro de 2013.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/?id=100000343636> – Acesso em 10 de janeiro de 2013.

¹⁰⁵ Disponível em: http://www.webometrics.info/top100_continent.asp?cont=latin_america- Acesso em 10 de janeiro de 2013.

¹⁰⁶ Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_2001/3006/if2706_4.htm- Acesso em 10 de janeiro de 2013.

¹⁰⁷ Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_403148.shtml- Acesso em 10 de janeiro de 2013.

o Nordeste está lendo mais e acima da média nacional. Segundo a pesquisa sobre o comportamento do leitor no Brasil, os nordestinos leem em média 4,3 livros por ano, mais que os 4 livros da média nacional. Afirmam os pesquisadores que ao optarem por ler um livro, a maioria da população do Nordeste revela que a motivação vem da atualização cultural e de conhecimentos gerais, apontando por 51% dos entrevistados. Em seguida, com 48%, é prazer, gosto ou necessidade espontânea e um pouco abaixo, com 45%, exigência escolar ou acadêmica. Também aparecem na lista motivos religiosos (29%), atualização profissional (25%) e exigência do trabalho (8%).¹⁰⁸

Karine Pansa, presidente do Instituto Pró-Livro e coordenadora da pesquisa acrescentou:

Percebemos que nesta região hoje muitos têm voltado para a escola, mesmo de diferentes faixas etárias, e isso se converte na crescente curva de novos leitores no Nordeste. Temos a consciência de que o índice ainda não é dos mais satisfatórios, mas sabemos que estamos no caminho certo.¹⁰⁹

Em termos de comportamento, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os nordestinos podem dizer que fazem parte da região mais feliz do Brasil, a nota média da região Nordeste ficou em 7,38. O estudo foi feito com 3.800 brasileiros, baseado em uma série de pesquisas – sobre satisfação de vida – da consultoria *Gallup World Poll*, conhecida pelo ranking mundial de felicidade. Segundo relatou o instituto, se fosse um país, a região estaria em 9º lugar na classificação global, entre belgas e finlandeses.¹¹⁰

Os números acima vêm quebrar diversos paradigmas com relação à imagem que as pessoas equivocadamente têm do Nordeste e dos nordestinos. Restando evidente que as teorias que foram forjadas para sustentar a ideia pré-concebida acerca da região e do seu habitante são inverídicas.

A economia nordestina por sua vez mostra-se mais dinâmica que a média do país. Uma das razões é o impulso da indústria e do setor de serviços. No

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.cidadeverde.com/nordestino-le-mais-livros-que-a-media-nacional-diz-pesquisa-98271>- Acesso em 15 de janeiro de 2013.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2368>- Acesso em 15 de janeiro de 2013.

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.jangadeiroonline.com.br/diversao/comportamento/nordestinos-sao-apontados-por-pesquisa-como-o-povo-mais-feliz-do-brasil/>- Acesso em 15 de janeiro de 2013.

próximo item trataremos acerca do desenvolvimento econômico dessa região e o fenômeno da migração inversa, mostrando que a saída de nordestinos para outros estados da federação perdeu intensidade na última década, começando a receber de volta os migrantes que deixaram seus estados rumo ao centro-sul do país.

5.7. O desenvolvimento econômico do Nordeste e o fenômeno da migração inversa: uma nova perspectiva para os nordestinos

A região Nordeste goza desde o final da década de 2000 de um forte crescimento econômico. Mesmo durante a crise econômica mundial de 2008/2009 a região apresentou aumento no PIB. Enquanto o PIB do Brasil recuou 0,2% em 2009 o PIB de Pernambuco cresceu 4%; o PIB do Ceará, 3,4%; e o PIB da Bahia, 2,2%. Esse crescimento amenizou o impacto da maior crise do capitalismo dos últimos 80 anos na economia brasileira.¹¹¹

Os salários pagos pelas empresas no Nordeste também aumentaram mais do que a média nos últimos anos, segundo o IBGE. Os avanços de setores como a construção civil e o comércio ajudaram nessa recuperação. No ano de 2011 só o setor de fraquias contratou 30 mil novos funcionários no Nordeste.¹¹²

Devido a esse avanço econômico, nos últimos anos, o movimento migratório tem reduzido ou até se invertido na região Nordeste. Segundo o estudo "Nova geoeconomia do emprego no Brasil", da Universidade de Campinas (Unicamp), os estados do Ceará, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte receberam mais migrantes entre 1999 e 2004 do que enviaram para outras regiões.

O Estado da Paraíba, segundo a mesma pesquisa, foi o exemplo mais radical da transformação por que tem passado os padrões migratórios na região: inverteu o padrão migratório do saldo negativo de 61 mil pessoas para o saldo positivo de 45 mil.¹¹³

Em todos os outros estados que continuam a contar com um saldo migra-

¹¹¹ Disponível em: <http://www.tendenciasmercado.com.br/negocios/bc-ne-registra-aumento-de-pib-superior-ao-do-brasil-em-2009/>- Acesso em 18 de janeiro de 2013.

¹¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/07/avanco-economico-do-nordeste-atrai-brasileiros-para-regiao.html> - Acesso em 18 de janeiro de 2013.

¹¹³ Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2007/ju349pag03.html- Acesso em 18 de janeiro de 2013.

tório negativo, o número de migrantes diminuiu no mesmo período analisado: no Maranhão, diminuiu de 173 mil para 77 mil; em Pernambuco, de 115 mil para 24 mil; e na Bahia, de 267 mil para 84 mil.¹¹⁴

Segundo o economista Cícero Péricles:

Os investimentos que vem sendo feitos devem acelerar o crescimento da região nos próximos anos e continuar a desestimular a migração. “Isso revela também uma capacidade de atração do Nordeste hoje que não tínhamos há 10 anos, ou seja, parte dos seus filhos continua saindo, mas uma parte maior voltando, o que significa uma mudança qualitativa e também quantitativa na melhoria da renda e indicadores sociais que favorecem a esse retorno”, explica.¹¹⁵

Em outras palavras, se antes eram os nordestinos que saíam em busca de emprego em outras regiões, agora é diferente. O sonho de muitos brasileiros está se realizando no Nordeste do país. Números do IBGE divulgados no censo 2010 confirmam o que se observa nas grandes cidades do Sudeste: diminuiu o fluxo de nordestinos em busca de vida melhor. Os estados com as maiores reduções na migração são o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco e a Bahia, com diminuição de 23,2%.¹¹⁶

O diretor de análise de políticas públicas da Fundação Getúlio Vargas, Marco Aurélio Ruediger afirma que o desenvolvimento do Nordeste freou o movimento histórico da busca pelo Sul e Sudeste do país:

O Nordeste cresceu. Então é natural que uma parte desse contingente que veio pro Sudeste, pras áreas centrais, pro Sul, retornem aos seus estados de origem. Na medida em que as oportunidades se redistribuem, as pessoas reavaliam suas escolhas e algumas delas retornam.¹¹⁷

Os dados também indicam que nos últimos dez anos, o saldo de retorno ficou em 181.694 migrantes. Na década de 80 e 90, o fluxo era invertido: 505.684 pessoas vieram para o Sudeste - o Estado paulista mais absorvia que devolvia essa população para a terra natal. Nos levantamentos da Pesquisa Nacional por Amos-

¹¹⁴ A nova geoeconomia do emprego. UNICAMP. 2010. p. 122. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/nova-geoeconomia-do-emprego>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

¹¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/07/avanco-economico-do-nordeste-atrai-brasileiros-para-regiao.html> - Acesso em 18 de janeiro de 2013.

¹¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/10/censo-comprova-diminuicao-do-fluxo-de-nordestinos-para-o-sudeste.html> - Acesso em 18 de janeiro de 2013.

¹¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/10/censo-comprova-diminuicao-do-fluxo-de-nordestinos-para-o-sudeste.html> - Acesso em 18 de janeiro 2013.

tragem de Domicílios (PNAD), que mede, entre outros, a migração, essa tendência é confirmada: de 2000 até 2010, os nordestinos mais voltaram para a sua região do que chegaram.¹¹⁸

Como percebe-se além de apresentar menor migração, diminuindo o número de pessoas que saem, o Nordeste começa a atrair população de outras regiões do país que vislumbram nesse espaço brasileiro novas oportunidades de ascensão econômica e qualidade de vida. Esse fenômeno é possível graças às diferentes condições do Nordeste quando comparadas com outros tempos. O Brasil fez as bases para combater as desigualdades regionais e os estados nordestinos estão fazendo a sua parte trazendo investimentos e consequentemente gerando mais empregos para a sua população.

5.8. Nordestinos: uma minoria esquecida pelos humanistas

As violações dos direitos humanos perpetradas contra nordestinos no Brasil, conforme tivemos a oportunidade de demonstrar até o momento, são constantes, estando no mesmo patamar do preconceito de raça, de gênero e de opção sexual, fazendo-se necessário uma efetiva manifestação dos humanistas no sentido de proteger os direitos e liberdades individuais desta minoria.

Ocorre que os abusos cotidianos de preconceitos de que são vítimas os nordestinos, são muito pouco (ou quase não são) enxergados pelos representantes dos direitos humanos. Esse distanciamento dos humanistas talvez deva-se ao fato de que ainda se pregue hipocritamente neste país o mito da “democracia racial” ao argumento de que somos uma nação desprovida de atos discriminatórios.

Em razão disso, os humanistas raramente se manifestam quanto às questões que envolvem o preconceito contra nordestinos, estando muito mais voltados para questões que dão “ibope”, como por exemplo, superlotação de penitenciárias\cadeias, presos que são maltratados etc. Outro motivo dessa inércia seria uma alienação da própria população em relação aos direitos humanos, fruto de uma educação precária, da difusão de informações tendenciosas e da falta de politização e conscientização desses cidadãos com relação aos seus direitos fundamentais.

¹¹⁸ Título: Nordestinos desistem de São Paulo e batem em retirada à terra natal- Autor: Nuno mura, Eduardo- Fonte: O Estado de São Paulo, Metrópole, p. C5. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/89785/1/noticia.htm>- Acesso em 22 de janeiro de 2013.

É neste sentido que o jurista Luiz Flávio Gomes em artigo publicado na revista eletrônica Jus Navigandi nos traz interessantes dados:

[...] Durante a Pesquisa Nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação dos direitos humanos e violência - 2010, realizada em onze capitais brasileiras, 55% dos habitantes afirmaram nunca terem ouvido falar na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os maiores percentuais de desconhecimento dizem respeito a jovens - compreendidos aqueles que têm até 19 anos (66,5%) e os que têm de 20 a 29 anos (59,8%) – e aos maiores de 60 anos (56,4%), o que causa estranheza, já que os primeiros estão em fase de estudos e os últimos viveram em épocas próximas à adoção do documento (1948).¹¹⁹

Essa desinformação da sociedade com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos é que faz com que os humanistas se retraiam e não se manifestem no sentido de desenvolver um amplo trabalho de informação para que a sociedade compreenda que a diversidade faz parte da essência de cada ser humano, e que respeitá-la é primordial para que todos possam viver em harmonia.

A realidade é dura, mas precisa ser enfrentada pelos humanistas que devem abarcar em seu bojo a causa dos nordestinos, que vêm sofrendo de longa data a bizarra discriminação de ser um povo que somente traz atraso social para país. Precisamos de uma vez por todas acabar com esse estigma, de maneira a coibir veementemente essa reacionária visão que hoje infelizmente prepondera em nosso meio social.

Nesta acepção, é oportuna a lição do professor Lauro Gurgel de Brito em artigo publicado pela Revista Direito e Liberdade:

Não se pode esquecer que os profissionais do direito e os humanistas em geral têm que enxergar e adotar uma cultura de proteção dos direitos humanos de natureza social, diagnosticando e estimulando a mudança de comportamento, inclusive nos cursos jurídicos, que precisam atualizar e direcionar os currículos de modo a adequá-los aos “novos” direitos fundamentais.¹²⁰

¹¹⁹ GOMES, Luiz Flávio; BUNDUKY, Mariana Cury. 55% da população brasileira nunca ouviu falar na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3409, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/22925>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

¹²⁰ BRITO, Lauro Gurgel de. Controle Jurisdicional sobre o Orçamento Público para Efetivação do Direito Fundamental à Saúde, Revista Direito e Liberdade, Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte- ESMARN, Mossoró, 2009, p. 8. Disponível em: http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/download/158/168. Acesso em 24 de fevereiro de 2013.

Por esses motivos, é que reconhecer a proteção dessa classe minoritária, torna-se fundamental para o exercício regular da democracia contemplada na Constituição Federal de 1988, para que não só os nordestinos, mas outros grupos minoritários tenham suas vontades preservadas e possam exercer seus anseios livremente, deixando claro que as minorias são menores em número e poder, mas não em dignidade e nem em direitos.¹²¹

Sem falar que num país tão sofrido por mazelas sociais como o nosso, tais como: violência, desigualdade social, baixa distribuição de renda, desemprego etc. É inadmissível que a intolerância e o preconceito prevaleçam, dando um golpe de misericórdia num dos bens mais preciosos que resta ao cidadão brasileiro, vale dizer, a sua dignidade de pessoa humana.

5.9. O arcabouço normativo internacional de direitos humanos na proteção das minorias nordestinas

Os Tratados e Convenções internacionais de proteção aos direitos humanos, em especial aos direitos das minorias, estudados no Capítulo III deste trabalho, foram ratificados pelo Estado Brasileiro. Tais acordos internacionais visam assegurar direitos e garantias para alguns segmentos da sociedade que fazem parte dos chamados grupos vulneráveis, os nordestinos por serem considerados uma minoria social, encontram-se abrangidos por esses diplomas universais, porquanto vítimas de constantes manifestações de intolerância em nosso país.

A título de exemplo, basta avaliar que o destinatário da Declaração Universal de 1948 é próprio ser humano em sua essência, bem como basta atentar-se para a Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, que repudia a intolerância, o preconceito e a discriminação em razão da nacionalidade, etnia, raça ou religião.¹²² A Declaração das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Éticas e Religiosas e Linguísticas, por seu turno, reafirma a fé nos direitos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de todos

¹²¹ Carolina Rios Braga e Patrícia Brige Lacerda - Estudantes de Direito- criosbraga@hotmail.com; patriciabrige@hotmail.com- Via Jus-O Direito das Minorias, Porto Alegre/RS.

Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=999&idAreaSel=1&seeArt=yes>
Acesso em: 01 de janeiro de 2013.

¹²² PIOVESAN, Flávia. *Ibidem*. op. cit. p. 888.

perante a lei, prescrevendo em seus artigos 3º e 4º, *in verbis*:

Artigo 3º. As pessoas pertencentes a minorias poderão exercer seus direitos, inclusive os enunciados na presente Declaração, individualmente bem como em conjunto com os demais membros de seu grupo, sem discriminação alguma. As pessoas pertencentes a minorias não sofrerão nenhuma desvantagem como resultado do exercício dos direitos enunciados da presente Declaração.

Artigo 4º. Os Estados adotarão as medidas necessárias a fim de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer plena e eficazmente todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais **sem discriminação alguma e em plena igualdade perante a Lei.** (grifou-se).

Com base nesses preceitos universais, decorre a premissa de que não se deve discriminar nenhum ser humano, posto que todos nascem iguais em direitos e deveres. Enfatize-se que esse sistema protetivo prescrito nos tratados universais de direitos humanos deve ser constantemente invocado quando envolver condutas preconceituosas contra nordestinos, uma vez que o Brasil assinou e ratificou todos esses instrumentos normativos humanitários.

Nessa toada, os nossos julgadores vêm aplicando os referidos pactos internacionais de direitos humanos sempre quando há alguma manifestação de ódio contra nordestinos em nosso país, consoante depreende-se do aresto do TRF3ª Região quando do julgamento da Ação Criminal nº 00084398120084036181, *in verbis*:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. ART. 20, PARÁGRAFOS 1º E 2º, DA LEI Nº 7.716/89. SIGILO EXCLUSIVAMENTE DOS AUTOS E DAS INVESTIGAÇÕES. JULGAMENTO PÚBLICO. **CRIMES DE PRECONCEITO CONTRA NEGROS, HOMOSSEXUAIS E NORDESTINOS.** IDEIAS ANTISSEMITAS. SEGREGACIONISMO. DEFESA DO NAZISMO E NACIONAL-SOCIALISMO. EUGENIA. CONDUTA PREVISTA EM TRATADO. DIREITOS HUMANOS. CONSUMAÇÃO VIA INTERNET. JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. BUSCA E APREENSÃO. VASTA GAMA DE BENS E MATERIAIS. COMÉRCIO ONLINE. PROFISSIONALISMO. ORGANIZAÇÃO. GRANDE MAGNITUDE. DOSIMETRIA DA PENA. FUNDAMENTAÇÃO. PRISÃO CAUTELAR. EXCEPCIONALIDADE. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. I – Réu processado como incurso no art. 20, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 7.716/89, sendo condenado à pena de 06 (seis) anos de reclusão, 30 (trinta) dias-multa, cada dia-multa fixado em 1/30 do salário mínimo vigente na data da prisão (13.06.2008), inicialmente no regime semiaberto, em razão da criação e manutenção de sites com finalidades preconceituosas, cuja hospedagem constava em servidor localizado nos Estados Unidos; (...) III - Colhidas as provas, encerrada a instrução, prolatada a sentença, desvendada a autoria, inexistindo motivos que ensejem deliberação diversa, ou provas que não guardem estreita relação com fatos, não há razões que justifiquem a permanência do sigilo do julgamento, que resta mantido, todavia, em relação ao acesso aos autos, face à natureza da documentação acostada; IV - **Trata-se de delito instrumentalmente**

conexo à rede telemática, visto atingir bem juridicamente tutelado diverso dos cibercrimes propriamente ditos porque, in casu, a rede mundial de computadores serviu de meio de execução para a prática do delito-fim, consistente em conduta preconceituosa, com estímulo à segregação racial e de origem, por meio da disseminação de ideologia e até violência física; V – (...) XIV - De ofício, alterada a fundamentação efetuada em primeiro grau para manter-se a condenação do réu como incurso no art.20, §§1º e 2º, da Lei 7.716/89. Alterado o regime inicial para o fechado e mantido o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado. (ACR 00084398120084036181, DESEMBARGADOR FEDERAL PEIXOTO JUNIOR, TRF3 - SEGUNDA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:20/10/2011 FONTE_REPUBLICACAO)¹²³ (grifou-se).

O julgado acima revela que a adesão do Brasil a esses tratados internacionais, obriga-o a cumprir e condenar quaisquer distinções entre seres humanos por ocasião de preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência ou origem nacional, neste último, restam compreendidos os nordestinos.¹²⁴

Conclui-se, portanto, que os tratados internacionais de direitos humanos abrigam comandos jurídicos que aplicam-se perfeitamente às minorias nordestinas, tendo em vista a posição de vulnerabilidade ocupada por essa minoria no meio social. Ademais, os atos de cunho preconceituosos contra nordestinos, arraigados culturalmente neste país, precisavam ser fortemente combatidos, para que se alcance o respeito aos princípios e regras basilares preconizadas e asseguradas constitucionalmente, tópico que abordaremos nas próximas linhas.

5.10. A busca dos nordestinos pelo respeito aos princípios e regras basilares preconizadas e asseguradas constitucionalmente

Trouxemos nas primeiras linhas desse estudo que o tratamento a ser dado às minorias, deve se pautar em preceitos basilares acolhidos pelo Estado Democrático de Direito. Respeitá-los e promovê-los faz parte da construção de uma sociedade mais justa, pluralista e sem preconceitos, normas mentoras de todo país que almeja alcançar um dia a democracia plena.

Em tratando-se dos nordestinos o vínculo a uma norma constitucional é mais recorrente, uma vez que esse grupo minoritário, não possui legislação própria para a proteção dos seus direitos, tendo que valer-se da construção argumentativa

¹²³ Disponível em: <http://www.trf3.jus.br/NXT/Gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=trf3e:trf3ve> – Acesso em 18 de janeiro de 2013.

¹²⁴ Durante a nossa pesquisa jurisprudencial, podemos encontrar outros julgados envolvendo o preconceito contra nordestinos, todavia em sua maioria todos no âmbito da responsabilidade civil.

a partir de princípios e regras preconizadas e asseguradas constitucionalmente.

O doutrinador Humberto Bergmann Ávila ¹²⁵ aduz que a diferença entre princípios e regras reside no grau de abstração, sendo os princípios mais abstratos do que as regras. Como sustentação para sua tese, argumenta ele que as regras não são aplicadas seguindo o modelo "tudo ou nada", pois, tanto quanto os princípios, devem passar por um processo interpretativo.

Entre os princípios basilares expressos na Constituição Brasileira de 1988 que devem ser invocados sempre que existir alguma manifestação de xenofobia contra nordestinos, destacam-se: o da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da prevalência dos direitos humanos, do repúdio ao racismo e ao preconceito e da não-discriminação, os quais passaremos a tecer breves comentários nas linhas a seguir delineadas.

5.10.1. Princípio da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade da pessoa humana pode ser concebido como uma conquista da razão ética e jurídica da humanidade, atribuída a todas as pessoas, como fruto da reação de todos os povos contra as atrocidades cometidas pelo homem contra o próprio homem. As experiências de desrespeito do passado culminaram em verdadeiros atentados à dignidade humana, gerando a consciência de que se devia proteger o ser humano. ¹²⁶

Dentro desse viés humanitário, surgiu a ideia da estima da pessoa humana, partindo-se da premissa de que todos os seres humanos são dotados de valores próprios e intrínsecos a si mesmos, e por isso, não devem ser concebidos como simples componentes da sociedade. Adotando essa linha, a nossa Constituição ventila em seu art. 1º, III, que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade da pessoa humana:

¹²⁵ ÁVILA, Humberto Bergmann. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. Revista de Direito Administrativo nº 215, 1999, p. 167. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf_4/dialogo-juridico-04-julho-2001-humberto-avila.pdf - Acesso 15 de fevereiro de 2013.

¹²⁶ Revista Jus Navigandi-SANTOS, Enoque Ribeiro dos. O papel dos direitos humanos na valorização do direito coletivo do trabalho. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 157, 10 dez. 2003. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/4609>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania,

II – a cidadania,

III – a dignidade da pessoa humana.

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político. (grifou-se).

Elevada como um dos fundamentos da República, a dignidade da pessoa humana passou a ser reconhecida, assim, como um valor supremo, abrangendo as aspirações dos excluídos socialmente, não sendo de forma alguma concebível em nosso país o preconceito contra determinada pessoa em razão de sua descendência ou procedência nacional, posto que atentatória a dignidade humana.

Nas sábias palavras do professor Luís Roberto Barroso:

A dignidade humana constitui, em primeiro lugar, um valor, que é conceito axiológico, ligado à ideia de bom, justo, virtuoso. Nessa condição, ela se situa ao lado de outros valores centrais para o Direito, como justiça, segurança e solidariedade. É nesse plano ético que a dignidade se torna, para muitos autores, a justificação moral dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.¹²⁷

A dignidade humana, desta feita, é um valor fundamental que se viu convertido em princípio jurídico de estatura constitucional, seja por sua positivação em norma expressa seja por sua aceitação como um mandamento jurídico extraído do sistema adotado pelo nosso país por meio dos tratados e convenções internacionais dos quais é signatário.¹²⁸

Trazendo essas colocações para o âmbito da aversão à procedência nacional, percebe-se que ao discriminar o nordestino, as pessoas pretendem retirar desse sujeito o seu direito de ser respeitado, impedindo seu acesso à dignidade e subtraindo-lhe sua qualidade de ser humano.

¹²⁷ BARROSO, Luís Roberto. A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. p. 9. Disponível em: http://www.luísrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf-Acesso em 05 de fevereiro de 2013.

¹²⁸ *Ibidem*. op. cit. p. 9.

Aduzem Felipe Michael Juvêncio Santana, Ingrid Farias de Lacerda e Jamile Holanda Fontenele ¹²⁹ que as várias formas de manifestações discriminatórias contra nordestinos vão contra o princípio da dignidade da pessoa humana, devido aos atos de agressão atingirem as duas posições jurídicas que o princípio possui frente ao indivíduo, primeiro, o direito de proteção individual, não só em relação ao Estado, mas também, frente aos demais sujeitos, e segundo, o dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes, o que vem à tona outro princípio ofendido, o da igualdade, o qual trataremos no tópico a seguir.

5.10.2. Princípio da igualdade

A Constituição Federal de 1988 acolheu o princípio da igualdade de direitos, proporcionando tratamento idêntico perante a lei em termos isonômicos a todos os cidadãos, sem distinção. O referido princípio encontra-se expressamente consagrado pela nossa Carta Magna no *caput* do artigo 5º, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes... (grifou-se).

Apregoa Brito Alves ¹³⁰ que destinatário principal do princípio da igualdade é o próprio legislador, a fim de que ele não possa criar normas que distingam pessoas, coisas e fatos, de forma diversa da autorizada pela Constituição/88. Reforçando o que fora dito em tópicos anteriores o referido princípio expresso no texto constitucional não se resume apenas ao aspecto formal, mas também material, significando dizer que o Estado Democrático de Direito deve ser um instrumento de concretude da justiça no plano prático.

A luz dessas considerações e do preceituado no Texto Maior, cumpre-nos indagar o porquê dos sulistas e sudestinos acharem-se diferentes dos nordestinos em termos de superioridade intelectual e cultural? Qual seria o critério adotado por habitantes dessas regiões para acharem-se “melhores” do que os nordestinos? Para ajudar a responder a esses questionamentos nos socorremos mais uma vez das lições de Felipe Michael Juvêncio Santana, Ingrid Farias de Lacerda

¹²⁹ *Ibidem*. p. 4.

¹³⁰ *Ibidem*. p. 60.

Lacerda e Jamile Holanda Fontenele para quem essa suposta sensação de “superioridade” estaria ligada:

Ao bairrismo, ou seja, a ação de uma pessoa levada por uma visão estreita do patriotismo, só considerar como sua pátria o estado natal e hostilizar ou menosprezar tudo quanto se refere aos demais, (...), promovendo um ferimento nos barristas, achando assim então que o motivo da pobreza nas metrópoles eram os migrantes, e desconsiderando completamente a falta de distribuição de renda em todo o território brasileiro.¹¹⁰

A partir daí, verifica-se que o bairrismo, que consiste no apego extremado a um determinado local e sua cultura, é um dos motivos pelo qual os nordestinos são muitas vezes, desrespeitados por habitantes de outras regiões do país, sendo uma das causas que levam os povos do Sul e Sudeste a sentirem-se “diferentes” das pessoas oriundas do Nordeste.

Entretanto, esse pensamento não se coaduna com a nossa Carta Magna, que repudia qualquer distinção entre brasileiros de diferentes regiões do país, prescrevendo “*que todos são iguais perante a lei*”, tendo como finalidade abolir da sociedade todo tipo de distinção negativa que atribua ao semelhante uma condição de inferioridade humana. Sem falar que a sensação de altivez, nestes casos, só agrava mais ainda a disparidade social, econômica e regional, tão presentes na sociedade brasileira.

Sob essa ótica, pode-se afirmar que o princípio da igualdade tem o condão de proteger os nordestinos das mazelas sociais atreladas ao discurso do ódio, uma vez que esses sujeitos encontram-se em condições de vulnerabilidade frente às pessoas que propagam intolerância nesse país, necessitando urgentemente de uma tutela igualitária por parte do Estado, com vistas a resguardar os seus direitos e garantias fundamentais.

Para concluir o raciocínio, cabe ressaltar que os nordestinos também são brasileiros, cidadãos que têm anseios sociais comuns a qualquer outro habitante desse país. O povo nordestino quer apenas ser tratado igualitariamente perante todos os brasileiros e que a divisão das diferentes regiões do país em estados federativos sirva apenas para repartição de competências e para estudos geográfi-

¹¹⁰ Ibidem. Preconceito Regional nas Redes Sociais: São Paulo x Nordeste, 2011, p. 3.

cos e não para a desigualdade humana.¹¹¹

5.10.3. Princípio da prevalência dos direitos humanos

A Constituição faz menção expressa à promoção e proteção dos direitos humanos quando afirma que sua prevalência constitui princípio que rege as relações internacionais do Estado brasileiro, prescrevendo em seu artigo 4º, II, *verbis*:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

II - prevalência dos direitos humanos. (grifou-se).

Segundo Cristiane Mabel Moraes ¹¹² ao fundamentar suas relações com base na prevalência dos direitos humanos, o Estado brasileiro reconhece a existência de limites e condicionamentos, relativizando a ideia de soberania, e dessa maneira rompendo-se com a concepção tradicional de soberania estatal absoluta em prol da proteção dos direitos humanos.

A interpretação do sentido do termo “direitos humanos” deve se dar de modo amplo, pois vincula a ação diplomática brasileira, devendo ser respeitado em quaisquer acordos ou atos unilaterais, uma vez que implica a necessidade de o governo brasileiro colaborar com qualquer órgão estabelecido para monitorar a situação dos Direitos Humanos em sistemas de que o Brasil faça parte. ¹¹³

Na esteira do preconizado, o acolhimento pelo legislador constituinte pela aplicação dos tratados humanitários em nosso ordenamento jurídico, vem alinhar-se de maneira mais coerente com os ideais de uma sociedade multicultural e compro-

¹¹¹ Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/topico/1654-os-nordestinos-sao-brasileiros>- Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

¹¹² MORAES, Mabel Cristiane. A proteção dos direitos humanos e sua interação diante do princípio da dignidade da pessoa humana. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 157, 10 dez. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4607>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

¹¹³ Idem. A proteção dos direitos humanos e sua interação diante do princípio da dignidade da pessoa humana. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 157, 10 dez. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4607>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.
metida com a efetivação dos direitos humanos, comprometida com o respeito às normas e princípios que regem o Estado Democrático de Direito, podendo-se aferir que quaisquer transgressões dos direitos humanos perpetradas contra nordestinos em nosso país pressupõem sempre numa violação da nossa Constituição, que se

propôs a fundamentar suas relações internacionais com base na prevalência dos direitos humanos.

5.10.4. Princípios do repúdio ao racismo e ao preconceito

De acordo com Fernando Peixoto de Araújo ¹¹⁴ *apud* Dallari, ao se reportar ao racismo, a Constituição de 1988 está voltada a dois elementos essenciais, quais sejam: reconhecer que existe o racismo no Brasil e a objetividade na aplicação da punição sobre práticas discriminatórias. O art. 4º, VIII, prescreve que dentre os princípios regidos nas relações internacionais, estão o repúdio ao terrorismo e ao racismo:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

A nossa Carta Maior, de igual modo afirma em seu art. 5º, XLII, que a lei punirá a conduta do racismo ao determinar que tal prática constitui-se em crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.

A prática do racismo constitui-se, desta feita, em crime para o qual não existe fiança, bem como a pessoa que vier a cometê-lo, pode ser condenada a qualquer tempo, nos termos lei. Vejamos nesse sentido o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal-STF:

Habeas corpus. Publicação de livros: antissemitismo. Racismo. Crime imprescritível. Conceituação. Abrangência constitucional. Liberdade de ex-

¹¹⁴ NETO, Fernando Peixoto de Araújo, Estudo de Combate à Discriminação Racial como modo de Afirmação dos Direitos Fundamentais no Âmbito Laboral, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2011, p. 44.

pressão. Limites. Ordem denegada. **Escrever, editar, divulgar e comercializar livros ‘fazendo apologia de idéias preconceituosas e discriminatórias’ contra a comunidade judaica (Lei 7.716/89, artigo 20, na redação dada pela Lei 8.081/90) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade.** (HC 82.424, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 19/03/04). (grifou-se).

Inobstante, em nosso país, o mito da democracia racial fez com que o Estado brasileiro negasse por muito tempo a existência de práticas racistas, apregoando-se que o Brasil era um modelo de convivência harmônica entre raças, fazendo-se com que as pessoas vitimadas por esse tipo de prática, permanecessem reclusas, com medo recorrerem a tutela jurisdicional.

Entrementes, frente às mudanças na legislação a partir da Constituição Federal de 1988 somado ao impacto dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos em nosso ordenamento jurídico, o repúdio ao racismo passou a ser considerado um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, obrigando o Estado brasileiro a banir essa prática nefasta do nosso meio social.

No tocante ao princípio do repúdio ao preconceito, constitui-se em uns dos objetivos fundamentais da República do Brasil, nos termos do art. 3º, IV da nossa Carta Magna, *verbis*:

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

IV - promover o bem de todos, **sem preconceitos** de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (grifou-se).

O legislador constituinte de 1988 procedeu à positivação da repulsa a essa prática com o intuito demonstrar que o Estado não irá permitir concepções preconceituosas e estereotipadas de umas pessoas em relação às outras, devendo o respeito às diferenças ser corolário jurídico apto a proteger os direitos fundamentais de quem quer que seja.

Por esses motivos, as atitudes preconceituosas em nosso país contra nordestinos em razão de sua procedência nacional, devem ser fortemente combatidas, posto que absolutamente incompatíveis com os alicerces de uma sociedade justa, fraterna, pluralista e sem preconceitos.

5.10.5. Princípio da não-discriminação

O princípio da não-discriminação está ligado ao princípio da igualdade em sua vertente igualdade em direitos, ou igualdade na lei, pressupondo a vedação de discriminações injustificadas.¹¹⁵ O citado princípio resta abarcado em nossa Carta Magna nos seguintes dispositivos: art. 3º, IV e art. 5º XLI, CF/88, respectivamente, *in verbis*:

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e **quaisquer outras formas de discriminação**.

Art. 5º (...)

XLI - a lei punirá **qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais**; (grifou-se).

Em que pese o repúdio à discriminação constar expressamente na Constituição, é inegável a existência dessa prática quanto à origem dos nordestinos em nosso país, fazendo-se necessário uma efetiva ação por parte do Estado e principalmente por toda sociedade, a qual deve ser a principal guardiã dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. E como a sociedade pode fazer isso? Simples. Respeitando o semelhante em suas peculiaridades, valorizando o plural e sabendo conviver com as diferenças, considerando, sobretudo, a pluralidade de existências possíveis.

Como acentuado por Fernando José Gonçalves Acunha:

(...) Não basta que se garantam direitos que protejam as vítimas nordestinas das formas externas de discriminação sem que, com atenção às suas específicas condições de vida e às formas de manifestação cotidianas de preconceito a que são expostos, pensem-se alternativas para além do direito que valorizem suas particularidades, que demonstrem cuidado para com os seus traços distintivos (ACUNHA, Fernando José Gonçalves, 2012, p. 132.).

Há ainda que se ressaltar que, os atos de discriminação perpetrados contra o povo nordestino vão de encontro aos direitos e liberdades fundamentais das

¹¹⁵ OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. O princípio da não-discriminação e sua aplicação às relações de trabalho. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1176, 20 set. 2006 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8950>>. Acesso em: 20 fevereiro de 2013.

pessoas dessa região, porquanto aptas a negar-lhes a cidadania e, via de consequência, a própria democracia. É duro dizer isso, mas infelizmente, a

discriminação é uma triste realidade na sociedade brasileira, que convive com o preconceito racial contra negros, a homofobia, a xenofobia interna contra nordestinos, entre outras manifestações de ódio, que se não forem veementemente combatidas poderá nos levar a uma anarquia social.

5.10.6. Regras constitucionais aplicáveis

Como se não bastasse os preceitos principiológicos elencados nas linhas anteriores, a nossa Constituição Cidadã, objetivando garantir o tão almejado Estado Democrático, conquistado mediante muita luta,¹¹⁶ assinalou em seu texto regras básicas de respeito à diversidade e as manifestações regionais do povo brasileiro,¹¹⁷ entre alguns desses comandos podemos citar os contidos nos artigos 210, 216, § 3º, V e 221, II, respectivamente, *in verbis*:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e **respeito aos valores** culturais e artísticos, **nacionais e regionais**.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, (...)

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005).

V- valorização da diversidade **étnica e regional**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

II - **promoção da cultura nacional e regional** e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação. (grifos nossos).

¹¹⁶ MARQUES, Alessandra Garcia, SOUZA, Celso Jerônimo de, LIMA, Rita de Cássia Nogueira- Discriminação de Procedência Regional como Ofensa a Direitos Fundamentais, Acre, 2010. p. 2.

¹¹⁷ *Ibidem*. Têmis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos, Brasília, 2012, p. 79.

Em arremate o Título III “Da Organização do Estado”, Capítulo I “Da Organização Político-Administrativa”, art. 19, III, estatui: ¹¹⁸

Art. 19 - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. (grifou-se)¹¹⁹

Como se vê, empenhada na construção de uma sociedade plural e reconhecendo as diversidades existentes no país, a Constituição propõe um arcabouço normativo cujo principal desiderato é exigir a tolerância e possibilitar o respeito nas interações entre os cidadãos, fazendo-o por meio da criminalização do racismo, da estipulação do objetivo de combater a todas as formas de discriminação, da valorização das diferenças étnicas e da promoção cultural dos valores nacionais e regionais.¹²⁰

Noutra vertente, temos a legislação infraconstitucional que apresenta enunciados normativos aplicáveis ao tema, em especial na Lei nº 7.716/89- que define os crimes que qualifica de racista as atitudes de discriminação em razão descendência ou procedência nacional, nos termos do art. 20, *caput*, no qual expressa:¹²¹

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou **procedência nacional**. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa [...] (grifou-se).

Com efeito, a visão distorcida da sociedade concernente às expressões de xenofobia antinordestina afora serem consideradas crime, fere profundamente alguns dos alicerces da nossa Carta Magna, a qual condena qualquer conduta que

¹¹⁸ Idem. Discriminação de Procedência Regional como Ofensa a Direitos Fundamentais, Acre, 2010. p.2.

¹¹⁹ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constitui%A7aoh.htm. Acesso em 5 de janeiro de 2013.

¹²⁰ Ibidem. Tênis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos, Brasília, 2012, p. 79.

¹²¹ Ibidem. Tênis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos, Brasília, 2012, p. 79.

propague a distinção entre brasileiros que habitam os vários Estados-membros da República Federativa do Brasil. Ademais, o fato de uma pessoa pertencer a uma

determinada região não o faz menos humano ou menos digno de consideração, posto que o respeito e a dignidade do homem são inerentes à sua condição de ser humano.

O exaustivamente citado Fernando José Gonçalves Acunha ¹²² afirma que o direito pátrio apregoa que os demais brasileiros “suportem” os nordestinos, os tolerem, os respeitem. Não assegura, no seu entender que sua cultura seja incorporada às demais regiões do país, que seus traços característicos sejam considerados para a construção da nacionalidade, mas apenas garante que tenham voz, que ninguém possa impedi-los de manifestar-se e principalmente que ninguém os ofenda ou os agrida.

Por outro lado, não basta que o ordenamento jurídico preveja, em abstrato, normas de combate à discriminação em suas múltiplas formas de expressão. Em verdade, a existência da legislação em si não resolve todos os problemas existentes no meio social. É preciso que haja uma conscientização da população com relação ao respeito à diferença e à diversidade regional, para que os valores constitucionais sejam efetivamente respeitados e obedecidos por toda a sociedade. ¹²³

Em suma, a busca dos nordestinos pelo respeito aos princípios e regras constitucionais deve ser constante, porquanto não existe legislação própria que tutele em específico os direitos dessa minoria (repita-se à exaustão: esquecida pela maioria dos humanistas). É preciso que as pessoas oriundas da região Nordeste tenham seus direitos e suas vontades preservadas, afastando-se de uma vez por todas a famigerada segregação de ordem regional que ameaça, até mesmo, a própria existência do Estado Constitucional.

¹²² Ibidem. Têmis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos, Brasília, 2012, p. 142.

¹²³ Ibidem. Têmis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos, Brasília, 2012, p. 81.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu adentrar numa temática pouco explorada pelo mundo acadêmico-científico, a saber, tratar dos direitos das minorias sob a perspectiva dos nordestinos, abordando temas relacionados ao preconceito, à discriminação e estigma regional contra os povos oriundos da região Nordeste. Seu propósito consistiu em refletir acerca da multiplicidade de existências possíveis. Mostrar que esse tipo de discussão e exposição do problema é imperativo para que se construa uma nação mais democrática e igualitária.

Com a finalidade de alcançar uma visão conceitual ampla e acessível o uso da categoria minoria associada aos direitos fundamentais foi buscada tanto na legislação internacional pertinente (tratados internacionais de direitos humanos), quanto na Constituição Brasileira de 1988 e práticas judiciais.

Ao passo que as obras de Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Laércio Souto Maior foram imprescindíveis para realização deste estudo, tendo em vista que estes autores abordam a seleção de discursos que se tornaram referenciais para dotar de visibilidade uma região, assim como traz à luz a forma como foram gestadas as imagens acerca do Nordeste e do nordestino.

Apontou-se que o surgimento da região Nordeste corresponde a uma construção recente, datada do princípio do século XX, bem como que a atualidade e a recorrência de condutas de xenofobia interna contra nordestinos são motivadas por estereótipos que foram construídos ao longo de um processo histórico de estigmatização de uma região e do seu habitante.

A partir desse contexto, constatamos que a discriminação contra o nordestino em nosso país dar-se-á de forma mais intensa por conta de sua procedência nacional, em que pesem estarem ligadas também aos aspectos: econômico (“o Nordeste que continuar a viver dos recursos dos outros Estados”), social (“o nordestino pobre que sobrevive dos programas sociais do Governo”) e cultural (“a necessidade de preservação de outras culturas diante da invasão migratória de nordestinos”).¹²⁴

Levando em consideração que os discursos xenófobos fazem-se presen-

¹²⁴ Ibidem. *Tênis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos*, Brasília, 2012, p. 72.

tes em todas as camadas sociais, foi possível concluir que o Brasil apesar da diversidade de suas tradições e da variedade dos tipos físicos de sua população,

resta impregnado de práticas discriminatórias. Noutras palavras, a mistura que nos deu origem como uma nação multicultural e miscigenada, não nos livra das mazelas dos diversos preconceitos enraizados em nosso comportamento.

A Ciência do Direito que tem como função precípua permitir a vida em sociedade através de comandos normativos, cujos preceitos encontram guarida nos valores democráticos presentes na Constituição Federal de 1988, precisa intervir no sentido de garantir uma convivência harmônica entre os seres humanos, abalizada numa sociedade justa, fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Os representantes dos direitos humanos por seu turno, devem se manifestar no sentido de coibir os discursos antinordestinos através de uma prática discursiva que ponha em evidência o processo de exclusão a que foram historicamente submetidos os nordestinos. Calar-se diante de agressões tão vis aos direitos fundamentais é fazer da Declaração Universal dos Direitos Humanos letra morta.

Por outro lado, a luta contra as manifestações de preconceito contra nordestinos não se faz isoladamente, requer-se múltiplas medidas tanto públicas como privadas, como por exemplo, uma introdução na educação das pessoas de outras regiões do país, sobre a relevância da migração nordestina para o desenvolvimento da nação brasileira. Outra medida importante a ser adotada é o papel dos meios de comunicação social na desmistificação da imagem criada pela mídia de um Nordeste “seco”, “sub-humano” e “retrógrado”.¹²⁵

Oportuno ressaltar que em momento algum se propôs neste trabalho se defender um Nordeste como sendo uma região sem problemas sociais, uma “terra maravilha”. Entrementes, faz-se oportuno observar que o Nordeste nunca teve e não tem o monopólio da miséria e da exclusão social, marca de toda sociedade brasileira, fenômenos que se fazem presentes nos grandes centros urbanos do país e não apenas nas cidades nordestinas.¹²⁶

Por essas razões, é possível asseverar em sede de considerações finais que erradicar o preconceito, a discriminação e a estigmatização de qualquer socie-

¹²⁵ *Ibidem*. Preconceito Regional nas Redes Sociais: São Paulo x Nordeste, 2011, p. 5.

¹²⁶ *Ibidem*. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007. p.125.

dade por mais que possa parecer uma utopia, é uma realidade perfeitamente superável através de um ambiente educativo que favoreça o respeito à igualdade

entre os sujeitos como membros da espécie humana. Perdurando a atual situação o futuro das minorias com relação aos seus direitos e garantias fundamentais restará incerto.

7. REFERÊNCIAS

ACUNHA, Fernando José Gonçalves. **Têmis e o Sertão: os limites do direito no combate à discriminação contra o Nordeste e os nordestinos**, Brasília, 2012.

AGUIAR, Alexandre Magno Fernandes Moreira. **Crítica à incriminação do racismo**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1128, 3 ago. 2006 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8735>>. Acesso em: 7 novembro 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Esboços do Social: trabalho, Estado e regionalização no Brasil no início do século XX**, Programa de Pós- Graduação da UFRN, Revista Porto. Vol. 1. nº 1. 2011.

ALVES, Fernando de Brito. **Para uma fundamentação do direito de minoria em tempos de transição paradigmática**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da UENP: Jacarezinho, 2009.

ÁVILA, Humberto Bergmann. **A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade**. Revista de Direito Administrativo nº 215, 1999.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional**. 2 ed. Rio de Janeiro:

Renovar, 2002. Tomo I.

_____. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação.** Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constitui%A7aoh.htm - Acesso em 22 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 Jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm - Acesso em 28 de dezembro de 2012.

BRITO, Lauro Gurgel de, **Controle Jurisdicional sobre o Orçamento Público para Efetivação do Direito Fundamental à Saúde**, Revista Direito e Liberdade, Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte-ESMARN, Mossoró, 2009.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e teoria da constituição.** Coimbra: Almedina, 1999.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos** – Volume II. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 2001.

CAPOTORTI, Francesco, **Study on the Rights of Persons Belonging to Ethnic, Religious and Linguistic Minorities**, U.N. Doc E/CN.4/Sub.2/384/Rev.1, U.N. Sales No. E.78.XIV.1 (1979).

CUNHA, José Ricardo, MELLO, Carolina de Campos, SPIELER, Paula. **Curso de Direitos Humanos –Fundação Getúlio Vargas**, 4ª ed. Rio de Janeiro, 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU. 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm- Acesso em 30 novembro de 2012.

Declaração e Programa de Ação de Viena-1993. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm> - Acesso em 18 de novembro de 2012.

Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas- 18 de Dezembro de 1992- Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_10.htm - Acesso em 16 de novembro de 2012.

FARIA José Miguel. **Direitos fundamentais e direitos do homem**. Volume I. – 3ª ed. – Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança Interna, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DIAS JÚNIOR, José Armando Ponte, **A Legislação Conformadora e Restritiva na Definição do Conteúdo dos Direitos Fundamentais**, Revista Direito e Liberdade, Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte-ESMARN, Mossoró, 2008.

LIMA JR., Jaime Benvenuto (organizador), GORENSTEIN, Fabiana, HIDAKA, Leonardo Jun Ferreira, **Manual de Direitos Humanos Internacionais: Acesso aos Sistemas global e Regional de Proteção dos Direitos Humanos** , Revista: GAJOP MNDH, IV ed., São Paulo 2002.

MAIOR, Laércio Souto, **São os Nordestinos uma Minoria Racial?**, 2º ed. Curitiba, Livraria Arles Editora, 1985.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira, MITUZANI, Larissa, **Direitos das Minorias Interpretado: o compromisso democrático do direito brasileiro**, Brasília, 2011.

MORENO, Jamile Coelho, **Conceito de minorias e discriminação**- Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/888- Acesso em 8 de dezembro de 2012.

MIZUTANI, Larissa Caetano. **Ser ou Não Ser Minoria: um estudo sobre a categoria minoria e seu lugar de reconhecimento pelo Poder Judiciário brasileiro**. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NETO, Fernando Peixoto de Araújo, **Estudo de Combate à Discriminação Racial como modo de Afirmação dos Direitos Fundamentais no Âmbito Laboral**, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA NETO, Alberto Emiliano de. **O princípio da não-discriminação e sua aplicação às relações de trabalho**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1176, 20 set. 2006 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8950>>. Acesso em 7 novembro 2012.

OLIVEIRA, Ilze Arduini de Araújo, SILVA, Eliete Antonia, **Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar**. Disponível em: <http://www.3imposioestadopolitic`s.ufu.br/imagens/anais/pdf/Cp03/pdf>- Acesso em 22 de dezembro de 2012.

Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. 1966. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_politicos.htm - Acesso em 29 de novembro de 2012.

PIOVESAN, Flávia - **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. **Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

REICHER, Stella Camlot. **Capacidades e Direitos Humanos: Uma Análise Conceitual sob a Ótica de Martha Nussbaum**. Universidade de São Paulo Faculdade de Direito, São Paulo, 2009.

SAMPAIO JÚNIOR, José Herval, **Nova Concepção de Jurisdição-**, Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fundação Edson Queiroz, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://uol11.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&obraCodigo=74934&programaCodigo=84&ns=true#>- Acesso em 16 de janeiro de 2013.

SANTANA, Felipe Michael Juvêncio, LACERDA, Ingrid Farias de, FONTENELE Jamile Holanda - **Preconceito Regional nas Redes Sociais: São Paulo x Nordeste**, Natal, 2011.

SARNEY, José, **Pau-De-Arara, Cabeça- Chata**, Correio Braziliense, Brasília, ed. 31 de outubro de 1996.

SDJ, Bastos Rodrigues L, Pimenta JL, Bydlowski SP (2009) **DNA tests probe the genomic ancestry of Brazilians**. Braz J Med Biol Res 42: 870–876. Find this article online, 2009.

SIMÕES, Renato. **Migrantes: cidadãos de segunda classe**. In: PINSKY, Jaime (org.) 12 faces do preconceito. 8ª edição, São Paulo, Contexto, 2006. p. 101 a 109.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional** positivo. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

TAIAR, Rogério. **Direito Internacional dos Direitos Humanos: uma discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos direitos humanos** Universidade de São Paulo Faculdade de Direito, São Paulo, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Tribunal Regional da 3ª Região- pesquisa temática de jurisprudência- Disponível em:
<http://www.trf3.jus.br/NXT/Gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=trf3e:trf3ve>
– Acesso em 18 de janeiro de 2013.

VETTORASSI, Andréa. **Laços de Trabalho e Redes dos Migrantes: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANEXOS